

## análise de conjuntura

### Agricultura

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA

### Setor Externo

VERA MARTINS DA SILVA

### Mercado de Trabalho

VERA MARTINS DA SILVA

- p. 3 Antonio Carlos Lima Nogueira analisa a produção, a área plantada e a produtividade dos principais produtos na safra brasileira de grãos de 2017-2018.
- p. 7 Vera Martins da Silva faz uma análise da conjuntura econômica brasileira com enfoque no setor externo, mostrando a evolução do Balanço de Pagamentos e do Investimento Direto Líquido.
- p. 11 Vera Martins da Silva discute a situação do mercado de trabalho no Brasil, mostrando a evolução de alguns indicadores que sinalizam uma melhora recente nesse setor.

## temas de economia aplicada

### Como os Estados Brasileiros Gastam?

CARLÂNDIA BRITO SANTOS FERNANDES

### A Economia Hermenêutica de Charles Taylor

JULIO LUCCHESI MORAES

### A Economia da Região Metropolitana de São Paulo

RODGER ANTUNES

### Efeitos de Uma Seca na Colômbia: Uma Abordagem de Equilíbrio Geral Computável

MICHAEL TULIO RAMOS DE FRANÇA

### EUA: Política Monetária e Mercado de Trabalho

GUILHERME TINOCO

### Relatório de Indicadores Financeiros

NEFIN-FEA-USP

- p. 15 Carlândia Brito Santos Fernandes apresenta o comportamento das receitas e despesas dos Estados brasileiros, em termos agregados, para o período de 2004 a 2014.
- p. 20 Julio Lucchesi Moraes faz uma reflexão sobre as contribuições seminais do filósofo Charles Taylor e sua importância para a construção do pensamento econômico canadense.
- p. 28 Rodger Antunes analisa a Região Metropolitana de São Paulo em relação à sua participação relativa recente na economia nacional e aos aspectos históricos que a transformaram no principal polo econômico do Brasil.
- p. 34 Michael Tulio Ramos de França verifica os efeitos de uma eventual seca na principal região produtora agrícola da Colômbia, utilizando uma abordagem de Equilíbrio Geral Computável.
- p. 41 Guilherme Tinoco faz uma análise da conjuntura econômica americana, com destaque para a interação entre a política monetária e o mercado de trabalho.
- p. 45 O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura (*dividend yield*, *short interest* e *IVol-BR*), utilizando dados brasileiros.

## pesquisa na fea – Economia

- p. 49 Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

## economia & história

### Escravidão, Pesquisa e Divulgação de Resultados Acadêmicos

LUCIANA SUAREZ LOPES

- p. 53 Luciana Suarez Lopes discute a importância da divulgação do conhecimento em História produzido na academia para o público em geral e nos ensinos fundamental e médio.

## Observatório do Emprego e do Trabalho

O Observatório do Emprego e do Trabalho oferece aos formuladores de políticas públicas um conjunto de ferramentas inovadoras para aprimorar as possibilidades de análise e de compreensão da evolução do mercado de trabalho.

O Observatório inova a análise do mercado de trabalho em dois aspectos importantes. Primeiro, utiliza um conjunto de indicadores novos, especialmente criados pelos pesquisadores da FIPE, os quais juntamente com indicadores mais conhecidos e tradicionais permitirão um acompanhamento mais detalhado do que ocorre no mercado de trabalho. Segundo, porque estes indicadores podem ser utilizados tanto para analisar o mercado como um todo, quanto para analisar aspectos desagregados do mercado como, por exemplo, uma ocupação ou um município. São indicadores poderosos, que oferecem uma visão de curto prazo e também podem formar uma série histórica. O conjunto de indicadores pode ser usado para acompanhar tanto as flutuações decorrentes das alterações conjunturais de curto prazo quanto as evoluções estruturais de longo prazo. Mensalmente é divulgado um Boletim que apresenta um resumo do que ocorreu no mercado de trabalho do Estado. As bases de dados que originam as informações divulgadas pelo Observatório são: a) CAGED (MTE); b) RAIS (MTE); c) PNAD (IBGE).

O Observatório do Emprego e do Trabalho foi desenvolvido e é mantido em conjunto pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo (SERT) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE).

Para saber mais, acesse:

<http://www.fipe.org.br/projetos/observatorio/>

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

### Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri  
(Presidente)  
Andrea Sandro Calabi  
Denisard C. de Oliveira Alves  
Eduardo Amaral Haddad  
Francisco Vidal Luna  
Hélio Nogueira da Cruz  
José Paulo Zeetano Chahad  
Simão Davi Silber

### Diretoria

**Diretor Presidente**  
Carlos Antonio Luque  
**Diretora de Pesquisa**  
Maria Helena Garcia  
Pallares Zockun  
**Diretora de Cursos**  
Vera Lucia Fava

### Pós-Graduação

Márcio Issao Nakane  
**Secretaria Executiva**  
Domingos Pimentel  
Bortoletto  
**Conselho Editorial**  
Heron Carlos E. do  
Carmo  
Lenina Pomeranz



Luiz Martins Lopes  
José Paulo Z.  
Chahad  
Maria Cristina  
Cacciamali  
Maria Helena G.  
Pallares Zockun  
Simão Davi Silber

**Preparação de  
Originais e Revisão**  
Alina Gasparello de  
Araujo

<http://www.fipe.org.br>

**Editora-Chefe**  
Fabiana F. Rocha

**Produção Editorial**  
Sandra Vilas Boas

# análise de conjuntura



## Agricultura: a Safra de Grãos 2017-2018 no Brasil

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA (\*)

O desempenho a cada safra da agricultura brasileira resulta da combinação de diversos fatores, como clima, disponibilidade de crédito, uso de insumos tecnológicos, preços dos produtos e expectativa de demanda futura por parte dos produtores. A informação sobre o resultado agregado é útil para os produtores e agentes das outras etapas da cadeia produtiva do agronegócio, como fornecedores de insumos, indústria de alimentos e exportadores. Considerando-se o impacto da agricultura sobre a economia das regiões produtoras, a inflação e as contas externas, o objetivo deste artigo é analisar a produção, a área plantada e a produtividade dos principais produtos na safra brasileira de grãos de 2017-2018.

A Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB) realiza levantamentos periódicos para gerar estimativas da safra de grãos ao mercado. A fim de discutir a situação atual e as tendências identificadas com a evolução dos indicadores, consideramos as informações contidas no relatório “Acompanhamento da Safra Brasileira – Grãos”, referente ao sétimo levantamento, de abril de 2018 ([https://www.conab.gov.br/index](https://www.conab.gov.br/index.php/info-agro/safra)

[php/info-agro/safra](https://www.conab.gov.br/index.php/info-agro/safra)). Serão analisadas as culturas de soja, milho, arroz, feijão e trigo.

Neste levantamento para a safra brasileira de grãos, a CONAB projeta uma produção de 229,5 milhões de toneladas para 2017/18, redução de 3,4% em relação à safra anterior. A expectativa para a área plantada é de 61,4 milhões de hectares, crescimento de 0,8% se comparado à safra 2016/17. A produtividade obtida foi de 3,74 ton/ha, com queda de 4,2%.

A acomodação na produção total de grãos poderia ser esperada em razão da safra anterior, que foi um recorde absoluto na história e gerou um crescimento significativo do setor, superior às atividades da indústria e serviços. Por outro lado, a combinação de queda na produção e expansão na área plantada indica redução na produtividade, o que revela redução na eficiência do uso dos fatores de produção e maior impacto ambiental do setor.

Para a cultura do algodão, as condições climáticas têm sido favoráveis, contribuindo para uma estimativa de produção de 2,8 milhões de toneladas de algodão-

-caroço, 21,5% superior à safra passada. Cabe destacar que a área plantada foi de 206 mil hectares (alta de 21,9%) e a produtividade obtida foi 2,4 ton/ha (queda de 0,3%). Com isso, observa-se que o aumento na produção resultou de uma expansão em nível similar da área plantada. Este comportamento pode ter sido motivado pela queda relativa dos preços da terra em relação aos outros insumos. Esse movimento provocou redução na produtividade, o que gera deterioração da sustentabilidade ambiental da cultura, além da perda de rentabilidade para o produtor.

Para a cultura do feijão, o relatório apresenta os dados da primeira, segunda e terceira safras. Com o término da colheita, a produção da primeira safra foi projetada em 1,27 milhão de toneladas, 6,7% menor que na última safra. Os autores relatam que a primeira safra tem perdido área por causa da dificuldade de manejo, problemas fitossanitários, possibilidade de chuva durante a colheita e problemas na comercialização, vinculados às exigências de qualidade. Com isso, nessa safra ocorreu mais uma redução de área, atingindo 1,05 milhões de hectares, 5,4% menor do que a safra passada e 23,3% menor do que a safra 2003/2004.

A segunda safra do grão, ainda em fase de desenvolvimento, continua em boas condições e, com o ganho de área, a expectativa de produção

ficou em 1,29 milhão de toneladas. O relatório informa que os baixos preços do milho no momento da tomada de decisão na segunda safra levaram alguns produtores a apostar no plantio de feijão, sobretudo no Centro-Oeste.

A recuperação da área semeada na Região Nordeste, dadas as condições climáticas mais favoráveis nessa safra, também tem contribuído para tal aumento. No Paraná, porém, a estimativa é de queda na área semeada em razão da frustração do produtor decorrente das perdas na primeira safra. A área atingiu 1,54 milhões de hectares (aumento de 8,1% sobre a safra passada).

Com relação à terceira safra de feijão, estima-se uma produção de 812 mil toneladas (queda de 3% em relação à safra anterior) em uma área de 642 mil hectares (estabilidade sobre o ano anterior). A agregação dos resultados das três safras gera uma produção estimada de 3,37 milhões de toneladas (queda de 0,9% em relação ao ano anterior), obtida em área de 3,23 milhões de hectares (aumento de 1,7% sobre o período anterior), com uma produtividade de 1,04 ton/ha (decréscimo de 2,6% sobre o ano anterior). Aqui também se observa o processo de perda de eficiência no uso dos insumos tecnológicos, visto que o aumento percentual na área plantada foi superior à variação na produção obtida.

A cultura do milho é tratada com informações da primeira e segunda safras. Com a proximidade do fim da colheita, a produção da primeira safra se confirma na casa dos 25,6 milhões de toneladas, 16% inferior à safra passada. Esta safra ocupou 5,06 milhões de hectares (redução de 7,7% em relação ao período anterior), com uma produtividade de 5,06 ton/ha (queda de 9% em relação ao ano anterior).

Para a segunda safra do cereal, a estimativa de produção chegou a 63,0 milhões de toneladas, retração de 6,5% em relação a 2016/2017, em uma área plantada de 11,5 milhões de hectares (redução de 4,6% em relação ao período anterior), resultando em uma produtividade de 5,46 ton/ha (decréscimo de 1,9% sobre o ano anterior).

A agregação das duas safras de milho revela uma produção total estimada de 88,6 milhões de toneladas, que representa redução de 9,4%, obtida em uma área de 1,6 milhões de toneladas (queda de 5,6% em relação ao ano anterior), resultando em uma produtividade de 5,34 ton/há (redução de 4,1% em relação ao período anterior). Neste caso, observa-se uma deterioração das condições de plantio, visto que a redução proporcional da produção foi superior à redução relativa na área plantada, principalmente na primeira safra.

Além da queda da produtividade, a redução na área plantada pode re-

velar uma expectativa de redução na demanda ou de preços pouco compensadores. A presença do milho em diversas cadeias produtivas agroindustriais, seja para alimentação humana seja de rações, indica uma situação de risco de elevação dos custos nestes sistemas produtivos, com a possível redução na oferta do produto nacional.

O levantamento para a cultura da soja apresenta um quadro mais positivo. O relatório informa que ocorreu um ganho de área e as produtividades ficaram próximas do normal na maioria dos Estados (recorde em toda a Região Centro-Oeste). Estima-se uma produção de quase 115,0 milhões de toneladas, 0,8% superior à safra passada, com uma área planta de 35,09 milhões de hectares (aumento de 3,5% sobre o ano anterior), resultando em uma produtividade média de 3,28 ton/ha (redução de 2,6%).

O aumento de 1,18 milhões de hectares na área plantada (próximo da área ocupada pela cultura de algodão) representa o maior impacto ambiental entre as culturas analisadas. Ainda que a produtividade tenha sido elevada no Centro-Oeste, a média ainda revelou uma queda, que indica deficiências de manejo, já que a expansão da cultura em novas áreas foi menos eficiente do que no ano anterior.

A cultura de arroz atingiu a produção total estimada 11,38 milhões

de toneladas, representando redução de 7,7% em relação ao período anterior, em uma área plantada de 1,95 milhões de hectares (redução de 1,6%). Essa atividade atingiu uma produtividade de 5,84 ton/ha, com queda de 6,1% em relação à safra anterior.

A queda da produtividade parece decorrer de problemas durante o manejo, visto que a queda proporcional na produção foi superior à redução percentual da área plantada. Neste sentido, os produtores não conseguiram manter um desempenho equivalente por hectare à safra anterior mesmo com a decisão de operar em uma área menor, o que poderia facilitar o uso dos insumos tecnológicos.

A cultura do trigo atingiu uma produção estimada de 4,65 milhões de toneladas, que indica acréscimo de 9,2% em relação à safra anterior, com uma área plantada de 1,9 milhões de hectares (manutenção da área na safra anterior), gerando uma produtividade de 2,43 ton/ha, que representa aumento de 9,2%. Neste caso, temos uma situação única entre as culturas de melhoria no desempenho da atividade e aumento na produtividade com a mesma área.

Os resultados agregados da safra brasileira de grãos são significativos principalmente no que se refere ao volume de produção. Assim, não existem riscos de problemas de abastecimento ou pressões infla-

cionárias excessivas decorrentes dos grãos produzidos. A queda de 3,3 % na produção agregada de grãos não representa uma ameaça para o setor ou para outros indicadores econômicos, como crescimento do PIB e inflação.

Entretanto, a análise das variações em área plantada e produtividade revela algumas deficiências decorrentes das dificuldades generalizadas da economia brasileira no período em que esta safra foi plantada, manejada e colhida. O aumento da área plantada nas culturas de algodão-carçoço (21,9%), soja (3,5%) e feijão (1,7%) é intrigante. O caso do feijão é difícil de explicar pelo baixo ritmo de crescimento da economia brasileira, tendo em vista que é um produto de consumo direto da população. Nos casos do algodão-carçoço e da soja, a motivação para a tentativa de expansão da produção pode ser o mercado externo.

Independentemente dos resultados obtidos, a decisão de expandir a produção por meio do aumento da área plantada e não pela intensificação dos insumos tecnológicos indica que a terra pode ter se tornado relativamente mais barata do que esses insumos. Essa redução de preço da terra pode estar relacionada ao baixo nível de atividade econômica, que gera a desvalorização de ativos reais, como os imóveis e bens de capital.

O resultado mais relevante desse levantamento é a queda generalizada da produtividade nas culturas, com exceção do trigo. Assim, a redução na eficiência de uso dos insumos ocorreu para culturas que aumentaram a área de plantio (algodão-carço, soja e feijão) e outras que reduziram a área (arroz e milho). Portanto, temos uma safra de grãos que atende às necessidades de abastecimento, mas com menor eficiência no uso de recursos e maior impacto ambiental.

*(\*) Pesquisador do PENSA USP - Centro de  
Conhecimento em Agronegócios  
(E-mail: aclimano@gmail.com).*

## Setor Externo: Porto Seguro em Tempos de Guerra

VERA MARTINS DA SILVA (\*)

O resultado de Transações Correntes foi deficitário em US\$ 4 bilhões no acumulado de janeiro e fevereiro de 2018, deficitário como de costume, mas um valor excepcionalmente baixo e inferior ao déficit do mesmo período do ano de 2017, calculado em US\$ 6 bilhões. Em termos de participação no Produto Interno Bruto, as Transações Correntes caíram de 1,86% no primeiro bimestre de 2017 para 1,21% no primeiro bimestre de 2018, um montante facilmente financiável para a economia brasileira. Portanto, e como já há vários meses, o lado externo da economia continua sendo um porto seguro.

Adicionando-se ao resultado em Transações Correntes, o volume das reservas, no conceito de caixa, apresentou aumento de US\$ 1,3 bilhões, atingindo US\$ 377 bilhões. Já no conceito de liquidez (que inclui linhas de recompra), as reservas chegaram a US\$ 382 bilhões. São valores elevados e até mesmo além do necessário para dar segurança financeira ao país, havendo também um custo fiscal em sua manutenção. Ainda assim, representam uma sólida âncora para momentos turbulentos em termos da política interna e da guerra comercial externa.

Reforça este conforto financeiro o fato de que também a Conta Financeira apresentou bom desempenho, com saldo de US\$ 3 bilhões no acumulado de janeiro e fevereiro contra US\$ 4,6 no mesmo bimestre do ano anterior. Essa redução se deve à queda do Investimento Direto no País, de US\$ 16,7 bilhões no primeiro bimestre de 2017 para US\$ 11,2 no primeiro bimestre de 2018. Ao se incorporar as informações sobre os valores que os agentes econômicos residentes enviaram ao exte-

rior – ou seja, o Investimento Direto Líquido (IDL) –, percebe-se a situação ainda vantajosa para o país, mas com significativa queda. Na Tabela 1 apresenta-se o Investimento Direto Líquido (de remessas ao exterior) no primeiro bimestre de 2017 e de 2018. Na comparação dos dois períodos, houve redução de quase metade do IDL, tanto na conta Participação no Capital como em Operações Intercompanhia. Note-se que, apesar do nome, o IDL não se trata de investimento no sentido macroeconômico, mas de como os valores são apropriados contabilmente pelas empresas e pelo Banco Central. Em geral, são empresas que operam em vários mercados internacionais e que se financiam junto a suas parceiras ou matrizes no exterior.

*Tabela 1 – Investimento Direto Líquido no Brasil – Jan/Fev 2017 e Jan/Fev 2018 - Valores Acumulados – US\$ Milhões*

	jan/fev 2017	jan/fev 2018
Investimento Direto Líquido	16 004	8 783
Participação no Capital	10 188	5 854
Operações Intercompanhia	5 817	2 929

Fonte: Balanço de Pagamentos, Indicadores Econômicos. <[www.bcb.gov.br/pec](http://www.bcb.gov.br/pec)>. Acesso em: 15 abr.2018.

Apesar desse aspecto de apropriação dos recursos em categorias distintas, o Investimento Direto no País é em relação ao PIB, significativo e capaz de cobrir os déficits em Transações Correntes. Essa relação passou de 5,17% no primeiro bimestre de 2017 para 3,37% no primeiro bimestre de 2018. A Tabela 2 mostra a estimativa para esses indicadores, que sintetizam a folga relativa em que as relações com o exterior se encontram. Por outro lado, esses indicadores refletem o baixo dinamismo da economia brasileira, e que ainda persiste.

Tabela 2 – Indicadores de Balanço de Pagamentos, Brasil, 2017, 2018

INDICADOR	JAN-FEV 2017	JAN-FEV 2018
Transações correntes/PIB (%)	-1,86	-1,21
Investimento Direto no País/PIB (%)	5,17	3,37

Fonte: Balanço de Pagamentos, Indicadores Econômicos. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/pec](http://www.bcb.gov.br/pec)>. Acesso em: 15 abr.2018.

Ainda no âmbito da Conta Financeira, ocorreu aumento expressivo dos Investimentos em Carteira: passaram de uma situação de saída de recursos de US\$ 2,1 bilhão para a entrada de US\$ 13,4 bilhões, especialmente no aumento de Investimentos em Títulos de Renda Fixa. Isto sinaliza que, apesar de tudo, há muito interesse por parte dos investidores em aplicações em títulos, pois apesar da queda das taxas de juros internas, estas ainda continuam sendo atrativas ante as baixas taxas de juros nos principais mercados externos.

Do ponto de vista das trocas de bens e serviços, ou seja, retomando itens das Transações Correntes, a Balança Comercial permaneceu estável na comparação dos dois primeiros bimestres de 2017 e 2018, com saldo positivo de US\$ 7 bilhões. Tanto Exportações como Importações tiveram acréscimo de US\$ 4 bilhões em seus saldos, o que mostra um salutar aumento de trocas com o exterior.

Os Serviços apresentaram um aumento do déficit de US\$ 477 milhões, atingindo US\$ 5,3 bilhões no primeiro bimestre de 2018. O destaque no caso dos Serviços é o aumento de US\$ 500 milhões no déficit referente a Transporte e Viagens e a redução de US\$ 580 milhões com Aluguel de Equipamentos.

Os movimentos do setor externo dependem de uma variável crucial, que é a taxa de câmbio. Apesar de o Brasil adotar um regime de flutuação cambial, quando há fortes oscilações no mercado de câmbio a autoridade monetária entra no mercado através de operações

com títulos ligados à taxa cambial de modo a arrefecer a alta volatilidade e impedir que isso atue no sentido de ampliar a inflação e uma eventual sobrevalorização cambial. O Gráfico 1 mostra a evolução da taxa efetiva de câmbio, definida como a média da taxa cambial contra as moedas dos 15 maiores parceiros do Brasil, segundo a participação de cada um na pauta de exportação, deflacionando-se pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o caso brasileiro, e para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no caso dos demais países. Pelo gráfico, é possível ver que a taxa cambial efetiva ainda está sobrevalorizada em relação ao período tomado como base (junho de 1994=100). No entanto, para o período recente, há uma correção dessa sobrevalorização, o que torna as exportações nacionais mais competitivas e as importações menos competitivas.

A retomada da economia deve incentivar as importações e a taxa cambial deve subir num processo mais saudável para a economia interna. É bom lembrar que a normalização da política monetária americana, que atuou em alguns anos anteriores no sentido da sobrevalorização da taxa cambial, já foi revertida e tende à normalização. Por outro lado, a política comercial americana é de enfrentamento das economias concorrentes via aumento de impostos e eliminação de vantagens a alguns países, incluindo o Brasil. Tudo indica que a fase dourada do comércio internacional vai ser eclipsada pela guerra comercial. Caberá ao Brasil procurar nichos onde poderá ganhar mercados no meio das trincheiras das potências em conflito comercial (quando não, conflitos armados).

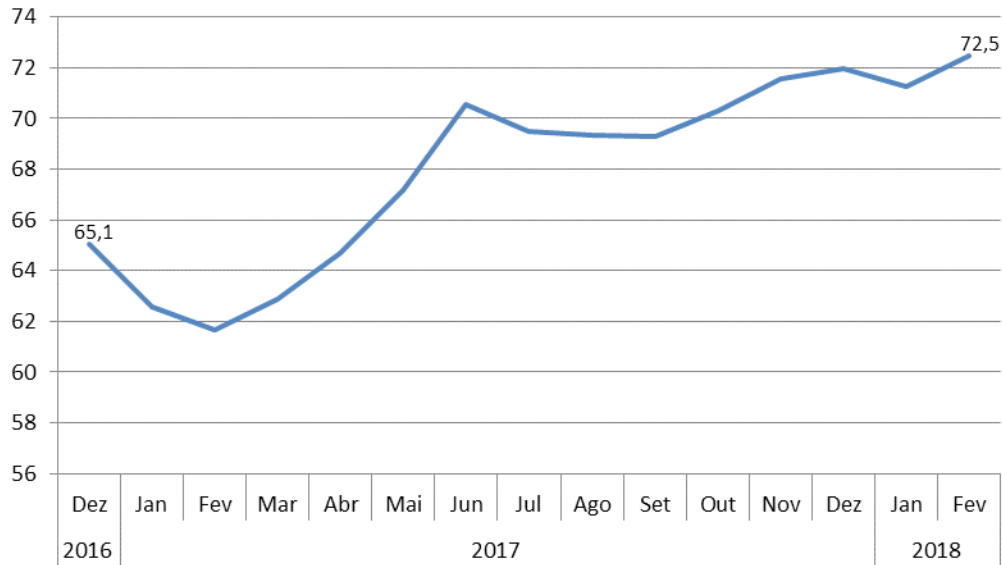
Um fator de grande relevância para o desempenho do setor externo brasileiro é a conjuntura do mercado internacional de *commodities*, uma vez que boa parte das exportações nacionais é, infelizmente, de produtos com baixo valor adicionado agregado no próprio país. O mercado de *commodities*, analisado pelo índice *Commodity Research Bureau* (CRB), parece ter encontrado seu teto a partir de 2015, depois de ter dobrado a partir de 2008, para a sorte do Brasil, pois foi a época de



ampliar significativamente suas reservas. O Gráfico 2 apresenta o índice CRB desde dezembro de 2008. Nestes últimos meses de 2018 surge uma tendência de alta dos preços das *commodities*, que poderão ter um pico devido ao alargamento da guerra na Síria e das

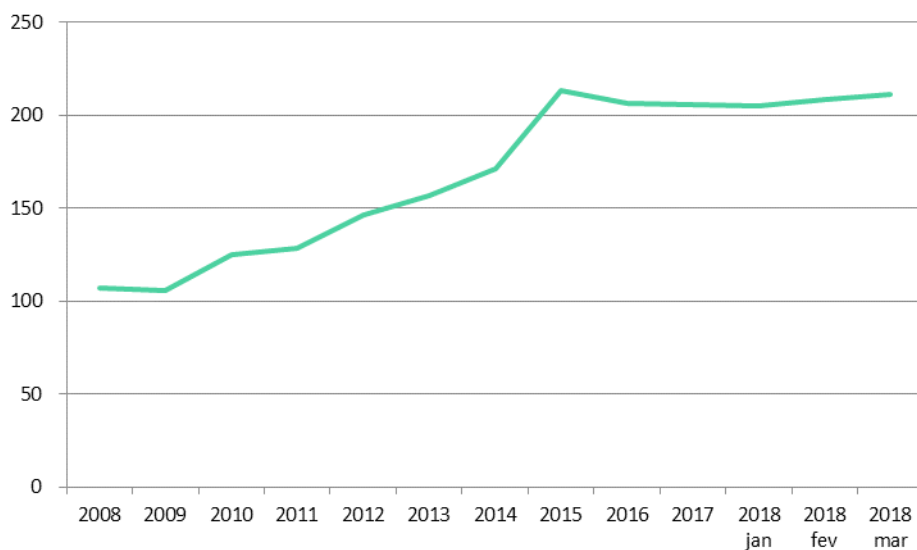
relações conflituosas entre a Rússia e vários países da Europa, envolvendo suspeitas de crimes em território estrangeiro e retaliações diplomáticas, o que certamente atrapalha os negócios.

Gráfico 1 – Índice de Taxas Reais de Câmbio, Média da Cotação com as Moedas de 15 Países Parceiros Comerciais Segundo Seu Peso na Pauta de Exportações. Junho 1994=100. Deflator Interno IPCA, Deflator Externo IPC



Fonte: Indicadores econômicos BCB.

Gráfico 2 - Índice de Evolução das Commodities - CRB (Commodity Research Bureau). Dez/2005=100



Fonte: Indicadores Econômicos do BCB. [www.bcb.gov.br/pec](http://www.bcb.gov.br/pec) (15/04/2018).

(\*) Economista e doutora em Teoria Econômica pela USP.  
(E-mail: [veramartins2702@gmail.com](mailto:veramartins2702@gmail.com)).

## Mercado de Trabalho: Sinais de Tempos Melhores pela Frente

VERA MARTINS DA SILVA (\*)

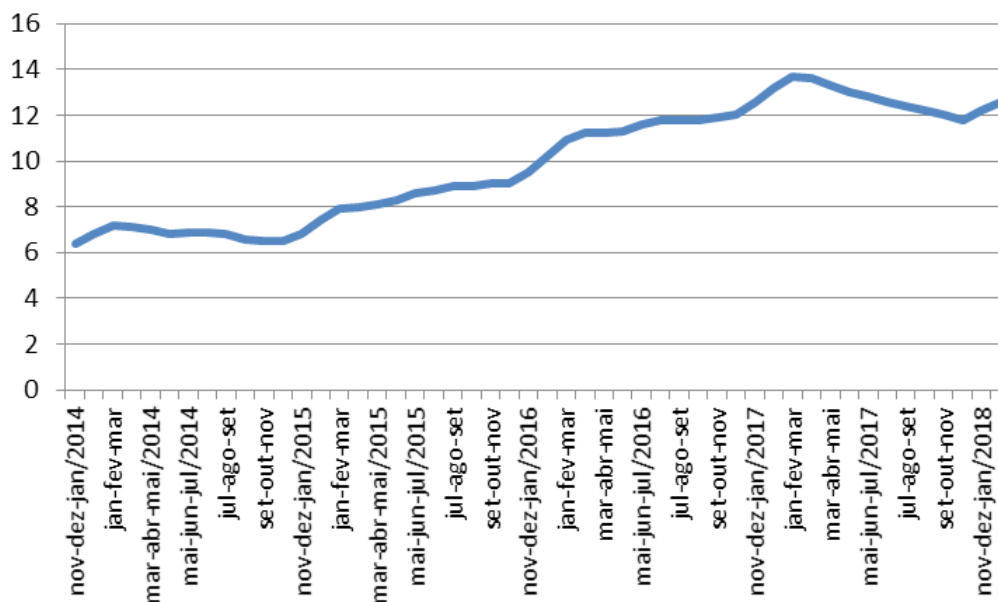
Sair de uma profunda crise econômica é muitíssimo mais difícil do que entrar. E uma recuperação vigorosa e tão desejada pelas pessoas é ainda um sonho de consumo distante no Brasil de hoje. Praticamente todos conhecem alguém em situação de busca de trabalho, em muitos casos, por um bom tempo. Mas a boa notícia é que os indicadores do mercado de trabalho têm melhorado, com sinalização de recuperação, ainda que se trate de um movimento lento e vacilante, havendo inclusive alguns momentos de retrocesso. Há melhoras e pioras, ainda refletindo a devastação da recessão sobre o mercado de trabalho. É certo que há expansão em alguns segmentos, mas o mal-estar daqueles que procuram postos de trabalho ainda supera os benefícios dos que já aproveitam de alguma melhoria. Os tempos para

aqueles que dependem de sua oferta de trabalho para viver continuam sombrios no curto e no médio prazo, em que pese o fato de que as reformas na legislação do trabalho devam trazer mais flexibilidade e propiciar mais dinamismo no longo prazo. A questão é quando esse longo prazo se tornará uma realidade com a efetiva melhora das condições de vida das pessoas. Ainda estamos em fase de transição para que o novo arcabouço institucional de fato se revele.

Esse vaivém no mercado de trabalho pode ser visto pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a pesquisa oficial sobre o desempenho do mercado de trabalho nacional. As últimas informações disponíveis, referentes ao trimestre de dezembro de 2017, ja-

neiro e fevereiro de 2018, mostram pequena elevação da **Taxa de Desocupação**, estimativa das pessoas que buscaram postos de trabalho no mês anterior ao da pesquisa, que passou de já elevados 12% no trimestre anterior (setembro/outubro/dezembro/2017) para 12,60%. Esse resultado é melhor do que o do mesmo período do ano anterior (13,20%), sugerindo um reaquecimento do mercado de trabalho, contudo sujeito a diversas oscilações. O retorno a uma taxa de desocupação “relativamente normal” ainda vai demorar. Talvez na próxima década os indicadores propiciem melhores notícias. Por enquanto, nos contentamos com sinais pontuais de melhora. O Gráfico 1 mostra a evolução da Taxa de Desocupação segundo a PNADC desde o trimestre de novembro/dezembro/2013/janeiro/2014.

Gráfico 1 – Taxa de Desocupação das Pessoas de 14 Anos Ou Mais de Idade. Trimestres Móveis, Nov/2013/Jan/Fev/2014 a Dez/207/Jan/Fev/2018



Fonte: PNADC, IBGE.

A **População Desocupada** atingiu 13,1 milhões de pessoas, mais 550 mil pessoas em relação ao trimestre anterior, mas ainda assim melhor do que no trimestre semelhante do ano anterior, quando havia cerca de 13,5 milhões de desocupados. Já a **População Fora da força de Trabalho**, ou seja, que não está ocupada nem em busca de trabalho, aumentou em 537 mil pessoas, +0,8% em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2017. São espantosos 64,9 milhões de pessoas fora da produção econômica, embora ainda usando seu tempo para atividades não tidas como geradoras de valor. Em linha com o desempenho da **Taxa de Desocupação** e da **População Desocupada**, a **População Ocupada**, de 91,1 milhões entre dezembro/17 a fevereiro/18, recuou 0,9% ou seja -858 mil pessoas relativamente ao trimestre anterior, mas com aumento de 1,7 milhão de pessoas, +2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a **Força de Trabalho**, que inclui tanto a **População Ocupada** como a **Desocupada** (mas fazendo esforços para conseguir trabalho), foi estimada em 104,2 milhões de pessoas, estável

em relação ao trimestre anterior, mas apresentou um aumento de 1,3 milhões de pessoas desde o mesmo trimestre de 2017.

Os números mostram uma retomada nas condições do mercado de trabalho tendo-se em vista o desastre generalizado dos últimos anos, com recuperação importante em 2017, em termos de quantidades, mas com oscilação negativa, um engasgo econômico no último trimestre para o qual se tem informações. Em relação ao rendimento médio habitual, houve estabilidade tanto em relação ao trimestre anterior como em relação ao mesmo trimestre do ano de 2017, tendo sido estimado em R\$ 2.186,00 no trimestre finalizado em fevereiro de 2018, ou seja, um pouco acima de dois salários mínimos. Embora tenha ocorrido certa estabilidade dos rendimentos reais habituais, duas categorias conseguiram aumentos reais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior: os trabalhadores da indústria – com aumento médio real de 5,1%,

indicando reativação das atividades industriais – e os Serviços Domésticos, com aumento de 2,3%.

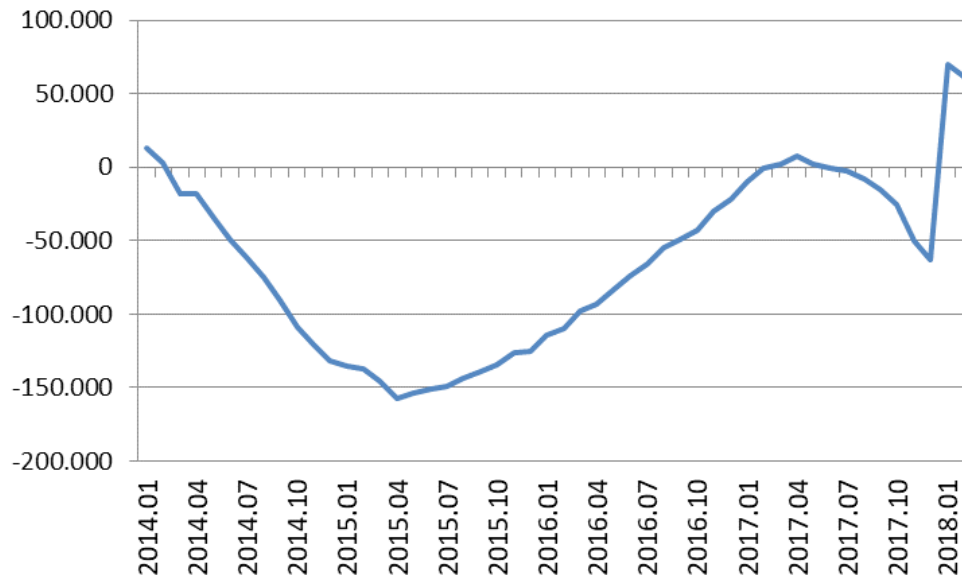
Há uma modificação na composição do mercado de trabalho, com queda de número de **empregados com carteira assinada**, exclusive empregados domésticos, de 611 mil em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O contingente de **trabalhadores sem carteira assinada** (10,8 milhões) teve acréscimo de 511 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto o grupo que mais cresceu foi o de **trabalhadores por conta própria**, que representam 23,1 milhão de pessoas e que apresentaram um aumento de 977 mil pessoas. Os **empregados domésticos** tiveram crescimento de 251 mil pessoas, assim como os **empregadores**, com aumento de 225 mil pessoas, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Uma visão otimista sobre o assunto é que, com a retomada (mesmo que lenta) da economia, os diversos segmentos do mercado de trabalho vão ganhando potência e após a ampliação dos trabalhos não vinculados a contratos de trabalho – os chamados trabalhadores por conta própria – é esperada a criação de novos postos de trabalho formais.

Essa tendência de melhoria no mercado de trabalho, ainda que com o engasgo no crescimento, pode ser vista pelo Gráfico 2, onde é apresentada a média móvel

de 12 meses do saldo de contratações formais, ou seja, o mercado formal de trabalho, conforme informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – que não se trata de pesquisa como no caso dos dados da PNADC/IBGE, mas de informações administrativas, encaminhadas pelas firmas ao Ministério do Trabalho. Afinal, uma luz no fim do túnel para o mercado de trabalho, concomitante ao aumento da produção e geração de renda e tributos que auxiliem na recuperação da péssima situação das finanças públicas, especialmente das contas da Previdência Social.

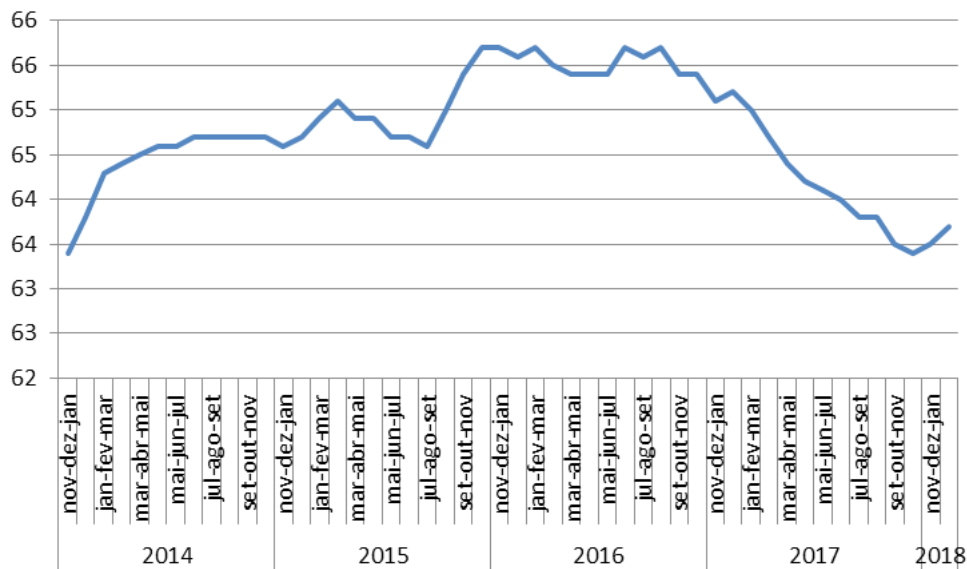
Nesse aspecto, é bom lembrar que embora a reativação do mercado de trabalho primordialmente a partir dos trabalhadores por conta própria seja benéfica, por outro lado a informalização tem impacto deletério sobre as contas previdenciárias. Além disso, a não contribuição parece ser uma característica intrínseca ao funcionamento desse mercado, fenômeno agravado pela recessão, conforme mostra o Gráfico 3, onde é apresentado o percentual de pessoas ocupadas contribuintes para o instituto de previdência. Além de dar maior estabilidade às relações de trabalho, a formalização permite o suporte de políticas públicas voltadas para o bem-estar. Continuamos na torcida pela retomada econômica e, por consequência, do mercado de trabalho e da arrecadação pública.

Gráfico 2 – Empregados - Saldo de Empregados Menos Desempregados, Número de Pessoas, Média Móvel de 12 Meses das Quantidades Mensais



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados CAGED.

Gráfico 3 – Percentual de Pessoas Contribuintes de Instituto de Previdência na População de 14 Anos Ou Mais de Idade Ocupada na Semana de Referência, Nov/Dez/2013/Jan/2014 a Dez/2017/Jan/Fev/2018



Fonte: PNDAC/IBGE.

(\*) Economista e doutora pela FEA- USP.  
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

# temas de economia aplicada



## Como os Estados Brasileiros Gastam?

CARLÂNDIA BRITO SANTOS FERNANDES (\*)

O objetivo deste pequeno ensaio é apresentar o comportamento das receitas e despesas dos Estados brasileiros, em termos agregados, para o período de 2004 a 2014. As informações fiscais utilizadas para os 26 Estados e o Distrito Federal foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional, no item de execução orçamentária. Os dados são disponibilizados no site do Tesouro através do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

Além dos dados sobre as receitas correntes, de capital e total, foram extraídas as informações sobre as 28 funções do governo que classificam as diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Essa discriminação das despesas públicas por funções foi inicial-

mente delimitada na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e posteriormente atualizada pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999.<sup>1</sup>

A classificação atual é composta pelo seguinte grupo: Legislativa (LEG), Judiciária (JUD), Essencial à Justiça (ESJ), Administração (ADM), Defesa Nacional (DN), Segurança Pública (SP), Relações Exteriores (REX), Assistência Social (ASS), Previdência Social (PREV), Saúde (SUS), Trabalho (TRA), Educação (EDUC), Cultura (CULT), Direitos da Cidadania (DRC), Urbanismo (URB), Habitação (HAB), Saneamento (SAN), Gestão Ambiental (GA), Ciência e Tecnologia (CT), Agricultura (AGR), Organização Agrária (ORGA), Indústria (IND), Comércio e Serviços (COMS), Comunicações (COM), Energia (ENG),

Transporte (TRP), Desporto e Lazer (DL) e Encargos Especiais (EE).

Para facilitar a análise tais funções foram reagrupadas em 20. Assim, a função Essencial à Justiça foi incluída na Judiciária; a de Relações Exteriores na Administração; a de Cultura na Educação; a de Defesa Nacional na Segurança Pública; a de Organização Agrária na Agricultura. Além disto, criou-se uma função nomeada “Apoio a atividades econômicas” (AAE), composta pela Indústria, Comércio e Serviços, e outra nomeada “Infraestrutura” (INFR), que reúne Comunicações, Energia e Transporte. Os dados foram deflacionados pelo índice IPCA a preços de dezembro de 2014.

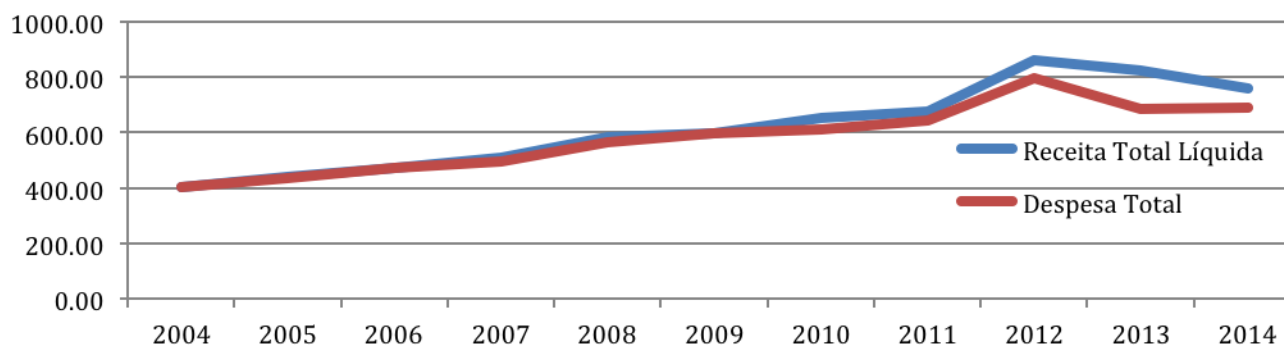
No Gráfico 1, é possível observar a evolução real dos gastos e receitas agregadas dos Estados brasileiros entre 2004 e 2014. Destacam-se três padrões de comportamento: a) de 2004 a 2009 as receitas e despesas são praticamente iguais; b) de 2010 a 2014 as receitas são crescentes e superiores às despesas; c) de 2013 a 2014 tanto as receitas quanto as despesas declinam.

No que se refere a este último padrão de comportamento, enquanto a despesa apresentou recuo real de mais de 13% em 2013 as receitas caíram um pouco mais de 4%. No ano anterior, tanto a receita total líquida quanto a despesa total apresentaram crescimento elevado de quase 28% e 24%. Em 2014, sempre em relação ao ano anterior, a queda da receita foi de aproximadamente 8% e as despesas praticamente não se alteraram.

Destaque-se que o PIB real brasileiro diminuiu 2,5 pontos percentuais de 2013 para 2014.

Analisando o período completo, em valores reais, as receitas aumentaram 87% entre 2004 e 2014, e as despesas, 71%, o que representa uma variação média anual de 6,86% e 5,89%, respectivamente, enquanto a variação média anual do PIB brasileiro foi de 3,72% no mesmo período.

Gráfico 1 – Despesas e Receitas Agregadas dos Estados Brasileiros: 2004-2014



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados.

Nota: dados em bilhões de reais. A despesa total não inclui as intraorçamentárias. Dados deflacionados pelo IPCA.

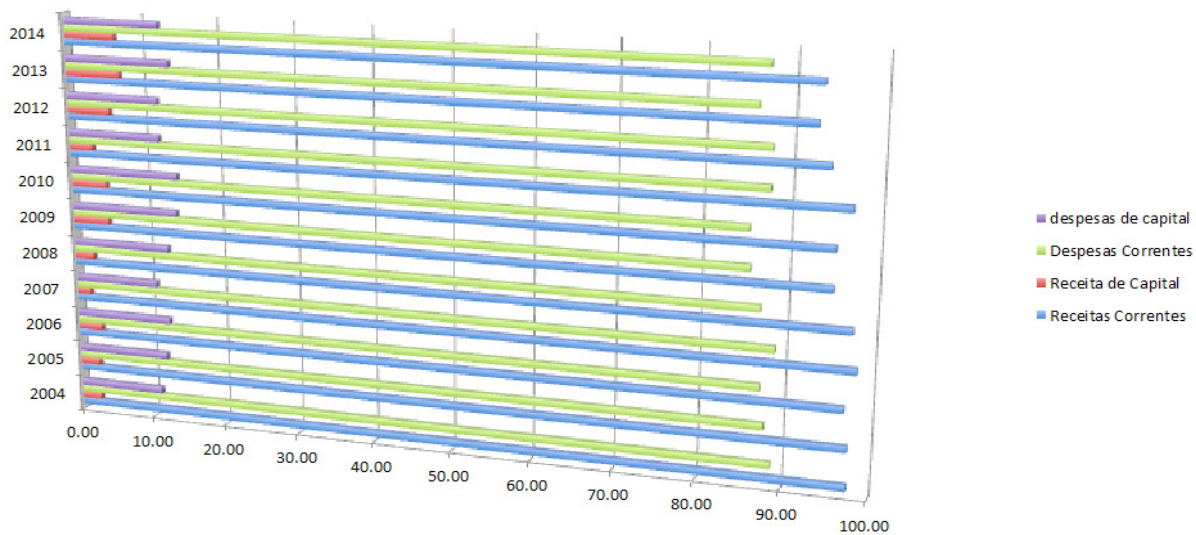
A partir dos dados do Gráfico 2 é possível apurar o comportamento das receitas e despesas correntes e de capital, como proporções das receitas e despesas totais, conforme o caso. As receitas correntes, incluindo as financeiras, representam quase a totalidade das receitas, embora tenham reduzido em mais de cinco pontos

percentuais entre 2004 e 2014. Já as receitas de capital passaram a representar um *share* maior das receitas, registrando um crescimento de mais de quatro pontos percentuais no período completo. No que se refere ao seu desempenho anual, constata-se que ocorreram quedas de 38,72% em 2007, de 33,33% em 2011 e

de 6,13% em 2014, e a taxa de crescimento média, no período completo, foi de 27,52%. Quanto aos anos que registraram crescimento para as receitas de capital, destacam-se 2008, 2009 e 2012, que apresentaram valores bem superiores à média, respectivamente, de 56,19%, 99,19% e 137,10%.



Gráfico 2 - Composição das Receitas e Despesas Agregadas dos Estados Brasileiros, 2004-2014 (% dos Totais)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados.

Nota: dados deflacionados pelo IPCA. A partir de 2010 as despesas incluem as intraorçamentárias.

As despesas correntes representaram uma média de 87,28% da despesa total no período completo, cabendo destaque ao componente de despesas com pessoal, que representou uma média de 42% no período. Em termos reais, a despesa com pessoal e encargos sociais cresceu mais de 95% entre 2004 e 2014, com uma média de 7,34% ao ano. Este resultado está associado aos significativos aumentos salariais reais que as administrações públicas estaduais concederam

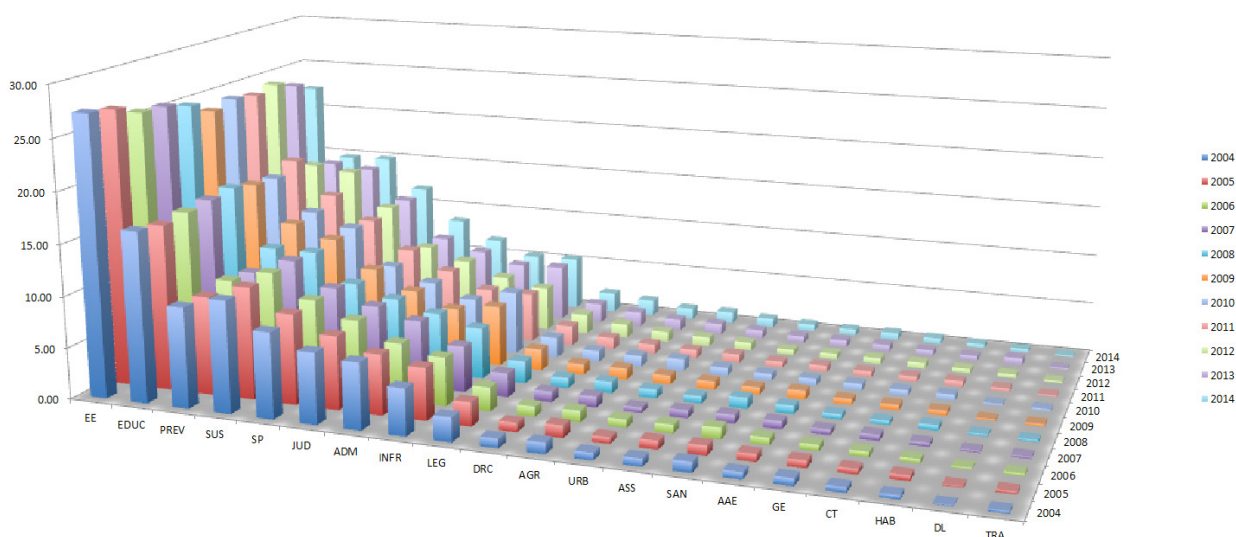
tanto a servidores ativos quanto a inativos (SANTOS *et al*, 2016).

As despesas de capital, por sua vez, compõem, em média, quase 13% da despesa total e aproximadamente metade deste valor deve-se aos investimentos. Enquanto a categoria ampla de despesas de capital apresentou uma taxa de crescimento anual média de 8,74% a despesa de investimento cresceu em média 12,32% ao ano no mesmo período. Ao se comparar o ano de 2014 em relação a 2004, tais taxas de cresci-

mento foram de, respectivamente, 110% e 158%.

Silva, Monteiro Neto e Gerardo (2013) destacam em suas análises a baixa expressividade do investimento público dos Estados, que no agregado para o Brasil representou 0,89% do PIB nacional de 2000 a 2011. Este fato também se constata nos dados aqui apresentados, pois enquanto o *share* médio dos gastos com pessoal e encargos sociais é de mais de 40% o dos gastos em investimento é de apenas 12%.

Gráfico 3 - Composição das Despesas Agregadas dos Estados Brasileiros, 2004-2014 (% do Total)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados.

Nota: dados deflacionados pelo IPCA. A partir de 2010 as despesas incluem as intraorçamentárias.

É possível visualizar no Gráfico 3 que a composição das despesas estaduais é relativamente estável no período analisado. Os encargos especiais (EE), que incluem os serviços da dívida interna, são os que exigem mais recursos dos Estados, representando, em média, 24,72 % da despesa total. No entanto, esses gastos diminuíram ao longo do período: comparando 2014 com 2004, essa queda foi de quase cinco pontos percentuais.

Depois dos encargos especiais, as funções educação (EDUC), previdência (PREV) e saúde (SUS) são as que apresentam maiores proporções de gastos nos Estados brasileiros. Em conjunto, os gastos dessas áreas representam quase 28% da despesa total.

A função educação apresentou (em média aritmética anual) um *share* de 16,13% da despesa total, no período completo de análise. Não obstante, quando se compara o ano final ao inicial houve uma redução de 1,79 pontos percentuais. É possível fazer um paralelo com os gastos em educação do governo central, que

passaram de 11,5% do total de gastos em 2004 para 15,2% em 2014 (BRASIL, 2016).

Observa-se que os gastos dos Estados com previdência social aumentaram em cinco pontos percentuais de 2004 para 2014, o que pode ser explicado pelo envelhecimento natural da população. Esse aumento também está relacionado a fatores institucionais, como a decisão de política econômica de conceder aumentos de salário mínimo acima da inflação (BENÍCIO; RODOPOULOS; BARDELLA, 2015).

Nesta linha, Santos *et al* (2017) apontam que o déficit previdenciário cresceu 57%, a preços constantes, entre 2009 e 2015. Isto estaria ligado à divergência entre o crescimento de 38% dos servidores inativos contra a queda de 4% do número de servidores ativos, entre 2006 e 2015, e ao fato de vários Estados da federação terem concedido fortes aumentos reais de salários, aproximadamente 50% entre 2006 e 2015, para

os servidores ativos que foram, por força da legislação, em grande medida, repassados aos inativos.

Em seguida, temos os gastos com saúde, que apresentaram um crescimento de quase um ponto percentual de 2004 para 2014. Em parte, este resultado está associado à promulgação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que viabilizou o crescimento dos aportes de Estados e municípios para a saúde (BENÍCIO; RODOPOULOS; BARDELLA, 2015). Na comparação deste resultado com o da mesma categoria para o governo central, no mesmo período, houve queda de 1,2 pontos percentuais dos gastos em saúde como proporção do total de gastos (BRASIL, 2016).

Para concluir, é possível afirmar que a categoria de gastos correntes representa quase a totalidade das despesas dos Estados brasileiros, tendo maior peso o componente de despesas com pessoal, cujos aumentos salariais majoraram tanto os gastos desta área quanto os da área de previdência. A análise para o grupo das 20 funções governamentais, entre 2004 e 2014, indica que a composição das despesas se manteve ao longo do período de análise e que as funções de encargos especiais, educação e previdência representam um *share* de mais de 50% dos gastos totais dos Estados brasileiros.

## Referências

BENÍCIO, Alex Pereira; RODOPOULOS, Fabiana MA; BARDELLA, Felipe Palmeira. Um retrato do gasto público no Brasil: por que se buscar a eficiência. In: BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. *Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, p. 19-50, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Execução orçamentária dos Estados*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>> Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. *Relatório Anual do Tesouro Nacional - 2015*. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, maio 2016.

SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos *et al.* A Dinâmica do déficit dos regimes próprios de previdência dos Estados brasileiros nos anos 2006-2015. Nota técnica. *Carta de Conjuntura do IPEA*, n. 34, mar./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Evolução do emprego público nos governos subnacionais brasileiros no período 2004-2014. Nota técnica. *Carta de Conjuntura do IPEA*, n.32, jul./set. 2016.

SILVA, Alexandre Manoel Angelo da; MONTEIRO NETO, Aristides; GERARDO, José Carlos. *Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2013 (Texto para Discussão, n. 1889)

1 A portaria está disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/as-suntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42\\_1999\\_atualizada\\_23jul2012-1.doc/view](http://www.planejamento.gov.br/as-suntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view)>>.

(\*) Doutora em Economia do Desenvolvimento pela FEA/USP. Bolsista PNPd/CAPES pelo PCE/UEM. (E-mail: carlandia@gmail.com).

## A Economia Hermenêutica de Charles Taylor

JULIO LUCCHESI MORAES (\*)

Nossa revisão sobre a História do pensamento canadense – em suas dimensões econômica, política e social – não estaria plena sem uma reflexão sobre as contribuições seminais do filósofo Charles Taylor. Os rótulos de católico progressista, pensador comunitarista, multiculturalista ou reformador liberal não parecem dar conta de acomodar plenamente a complexidade de seu pensamento. De sua criação bilíngue de Montreal ao doutoramento em Oxford sob a orientação de Isaiah Berlin. De sua participação nos debates filosóficos com João Paulo II nos anos 1980 à co-coordenação da comissão sobre acomodação de minorias culturais em Quebec no novo milênio. Da defesa enfática da socialdemocracia canadense (incluindo quatro candidaturas sucessivas ao Parlamento pelo Novo Partido Democrático) à conquista do Prêmio Templeton: vida e obra de Taylor carregam tanta variação e ambivalência quanto os arranjos políticos de sua própria terra natal, o Canadá (e Quebec).

Ao longo de mais de quatro décadas de produção intelectual, Taylor debruçou-se sobre temas centrais da Filosofia contemporânea como a formação do sujeito moderno, Ética e Ontologia, Hermenêutica,

Secularização e Multiculturalismo. O objetivo deste artigo é indicar algumas avenidas principais do pensamento tayloriano. Por meio de uma revisão panorâmica de suas contribuições, pretendemos indicar a maneira pela qual as questões levantadas por Taylor contribuem centralmente na construção de nosso argumento sobre a existência de um pensamento econômico peculiarmente canadense.

### 1 Brevíssima Apresentação da Temática Tayloriana

A inclusão de Charles Taylor em nossa lista de autores canadenses não decorre de simples deferência. O argumento que pretendemos comprovar é que teríamos no autor uma prova adicional do compromisso intelectual canadense com a temática da formação, sedimentação e alteração dos valores e dos consensos sociais. O caminho argumentativo que ratificaria tal proposta colocando Taylor num projeto intelectual semelhante ao de Veblen, Innis, Cox ou Dallas Smythe é oblíquo, mas profundamente revelador. Em última análise, o que estamos chamando aqui de “economia hermenêutica” tayloriana poderia representar o ponto

de articulação central entre a Economia e a Comunicação.

Desde seus primeiríssimos escritos, Taylor interessou-se pela hermenêutica – entendida aqui, de maneira bastante genérica, como a área da Filosofia interessada na compreensão dos processos pelos quais os humanos interpretam o mundo (BEAULIEU; TAYLOR, 2005, p.118). Em seu artigo *Topografia moral do Self*<sup>1</sup>, de 1988, o autor apresenta sua problemática dentro de uma série de metáforas espaciais, afirmando que “existir como pessoa [*Being a Self*] não se separa de existir em um espaço de questões morais, de lidar com a identidade e de como devemos ser. É poder encontrar um ponto de vista neste espaço, ser capaz de ocupá-lo, de nele *ser* uma perspectiva” (TAYLOR, 1988).

A primeira característica desse ser tayloriano seria a existência de um componente teleológico. Isto é: em condições ideais, a vida humana (e da sociedade como um todo) teria um sentido, uma orientação. Para Taylor, a existência, “seu valor, peso ou substância” poderiam ser medidos a partir da proximidade ou do alinhamento das ações subjetivas em relação a este Fim ou Bem

último. Veremos de que maneira essa acepção faz com que o sujeito tayloriano não se defina como um “ser racional ou autointeressado” (FORSEY, 2005, p.291), muito menos como um “simples apanhado de órgãos, como os olhos, ou de faculdades, como a visão” (*idem*, p.290 e também TAYLOR, 1982).

Seguindo adiante na argumentação topográfica, podemos dizer que os agentes taylorianos são dotados de características vetoriais. É como se a condição e a identidade humana dependessem de um sistema de coordenadas capaz de indicar posições em um dado momento da existência histórico-social (gênero, classe, filiação, posicionamento político etc.). Adicionalmente (e muito mais importante), teriam as vidas também direção e sentido: toda ação (ou, negativamente, inação) estaria imbuída de *momento*, sendo, portanto, transmissora de *aceleração* (ou desaceleração) ao *ser/sujeito* em sua trajetória de constituição do *Self* (Cf. *idem*).

“Ao existir” – afirma Taylor numa referência ao filósofo francês Merleau-Ponty – “estamos condenados a significar” (*apud* BAKER, 2003, p.144). *Ser* é, para Taylor, sempre também um *tornar-se*.<sup>2</sup> Nesse sentido, Taylor divisa um modelo que não permite o estado de repouso: nasce-se dentro de uma dada ‘estrutura’ (*framework*), um ‘enquadramento histórico e semântico’, uma ‘teia de sentidos e valores’, ‘um horizonte de significações’

definido exterior e anteriormente a nossa vinda ao mundo (Cf. *idem*, *ibidem*).

A perene aventura por esse cosmos de “dilemas normativos” (REDHEAD, 2002, p.1) seria, nesse sentido, a primeira marca distintiva da experiência humana. Já de início difícil, tornar-se-ia a tarefa ainda mais complexa após o advento da Modernidade, cujo ponto inicial teria sido, de acordo com o filósofo, a revolução científica do Renascimento. As descobertas de Galileu, alcançadas pelo inédito método empírico, teriam desvendado uma natureza subitamente “desprovida de sentido ou de valor” (*apud* WEINSTOCK; LEVY, 2016, p.2). A consequência ontológica é que não mais poderia a Humanidade lastrear-se na Providência (ou em qualquer outra regra divina), precisando agora estabelecer-se terrenamente, por ação de consensos entre partes distintas, destoantes ou, por vezes mesmo, radicalmente opostas. Em vez de núcleos (morais) naturalmente atratores, teria surgido um sistema cuja estabilidade dependia, pela primeira vez, da própria interação gravitacional de seus agentes.

Taylor não abandona esperanças nem no Humanista nem no projeto moderno, pelo contrário: em face das angústias de tal perspectiva, trata-se justamente de aí resgatar o atributo mais valioso da Modernidade: o desafio de buscar sentidos compartilhados e compartilháveis.

Tem-se, assim, uma verdadeira odisseia por pressupostos comuns, capazes de subsidiar a criação de uma cidadania global, radical. Essa jornada é também a busca pelo reenquadramento e humanização da técnica e da razão, pelo resgate de “enquadramentos morais” e de renascimento de uma “ética da benevolência” (Cf. BICKERTON; BROOKS; GAGNON, 2006, p.113-117 e REDHEAD, 2002, p.15).

Simultaneamente contra as rupturas do *Self*, contra as supostas barreiras do pleno desenvolvimento humano, contra a intolerância e contra as fraturas do tecido político, contra o atomismo existencial e contra tantas outras ‘patologias’ da Modernidade: eis as linhas gerais do ambicioso projeto de Charles Taylor.

## 2 Galbraith, Levitt, Trudeau: Interlocutores do Jovem Taylor

Uma vez empreendido esse voo panorâmico sobre a problemática tayloriana, tratemos agora de analisar com mais minúcia a mecânica de sua argumentação. Esta e as próximas seções investigam justamente as rotas e os mecanismos prescritos por Taylor. Interessamos, mais especificamente, compreender o *locus* conferido pelo autor tanto à dimensão econômica quanto à dimensão comunicacional em seu aparato explicativo. Começemos pela primeira.

Cabe precisar, inicialmente, que o tópico não figura com prioridade dentro do cânone tayloriano, sobretudo em suas reflexões mais recentes (Cf. ABBEY, 2000, p.26). Não significa dizer, outrossim, que o autor não tenha dedicado parte de sua produção acadêmica a este universo. De fato, novas reflexões sobre sua obra têm indicado a maneira pela qual a Ciência Econômica teve centralidade em um momento específico de sua trajetória intelectual (Cf. *idem, ibidem*). Trata-se, curiosamente, de uma fase constitutiva de sua vida, quando esteve em contato direto com o universo político canadense. *O Padrão da Política*, livro lançado em 1970, precisa ser lido, em seu contexto: uma obra lançada pouco após a derrota de Taylor em sua quarta e última tentativa para sagrar-se deputado no Parlamento canadense e em meio ao momento de mais acentuada radicalização política registrada no Canadá. Nesta espécie de manifesto esquerdista crítico, o “consenso liberal” então reinante no país é o principal inimigo (BICKERTON; BROOKS; GAGNON, 2006, p. 97).

Não seria correto atribuir a esta obra – acentuadamente polêmica e, nesse sentido, fora da curva – importância em demasia. Poderíamos até indicar que, em seu libelo contra a desigualdade econômica, vislumbrar-se-iam alguns elementos de sua teoria tardia. Podemos mencionar, por exemplo, seu ataque às:

Instituições públicas, aí incluindo as econômicas, permissivas de níveis acentuados de desigualdade, assim negando liberdade real a muitos que se encontram afastados das condições necessárias para comportarem-se como efetivos agentes humanos e, conseqüentemente, indivíduos livres. (TAYLOR, 1970 *apud idem*, p.95-96)

Em tais palavras, poderíamos vislumbrar alguma continuidade nesse projeto e suas posteriores reflexões sobre a temática do Reconhecimento. O argumento é que, como elemento constitutivo do Ser (*Self*), a dignidade humana seria um sentimento demandante de validação externa (FRASER, 2007, p.163). Isso porque adquire-se Identidade por meio de interações de alteridades relevantes<sup>3</sup>, como aquela com pessoas próximas, com a sociedade ou com Deus (TAYLOR, 1970 *apud* BICKERTON; BROOKS; GAGNON, 2006, p. 94). Percebe-se, nesse sentido, como a formação da Identidade (o autorreconhecimento do *Self*) não é concebida como uma “criação solipsista, envolvendo relações recíprocas entre sujeito e objeto em um modelo dialógico” (FORSEY, 2005, p.306). Já está posto aí – embora não formalmente apresentado – o central conceito de *intersubjetividade*.

De fato, neste momento de sua jornada, Taylor ainda opera dentro de uma chave muito menos elaborada e bem mais visceral, níveis excen-

sivos de desigualdade tolheriam a capacidade humana de reconhecer-se (e, portanto, afirmar-se ou, termo ainda mais acertado, *autenticar-se*) no/com/pelo todo social (BICKERTON; BROOKS; GAGNON, 2006, p.96).

O jovem Taylor enxerga como causador de tais distorções o “sistema corporativo” – entendido semelhantemente à tecnoestrutura de seu conterrâneo John Galbraith.<sup>4</sup> Galbraith não é, aliás, a única inspiração local de suas reflexões. Parte expressiva do documento centra atenções em outra temática candente no pensamento socialdemocrata canadense dos anos 1970: os altos níveis de controle das empresas locais por acionistas norte-americanos (*idem*, p.102). A referência fundamental aqui é à obra *Rendição Silenciosa: corporações multinacionais no Canadá*, lançada no mesmo ano e assinada por Kari Polanyi Levitt.<sup>5</sup>

Por fim, o último interlocutor (este velado) do manifesto de Taylor é ninguém menos do que o então recém-empossado estadista canadense, Pierre Trudeau. Em 1970, o político vivia seus tempos de maior prestígio e exposição midiática, angariando amplo apoio popular com seu projeto da “Sociedade Justa”, embrião do que mais tarde viria a se tornar o Multiculturalismo oficial do país (Cf. REDHEAD, 2002, p.51). Aos objetivos do presente artigo, parece-nos suficiente indicar que, nesta etapa de sua trajetória

intelectual, Taylor é, curiosamente, *oposto* ao projeto (trudeautiano) de pactuações consensuais: evocando um tom marxista raramente presente em sua prosa tardia, advoga ele em prol de uma “polarização [...] capaz de reconhecer a importância primária da identificação e do conflito de classes” (*apud* BICKERTON; BROOKS; GAGNON, 2006, p.101). Embora crítico do Comunismo, insurgia-se o jovem Taylor contra o Capitalismo e seu poder alienador, indutor de um consenso privatista onde o sentido da vida encontrava-se, pela primeira vez, “fora dos sentidos públicos coletivamente celebrados” (*idem, ibidem*).

### 3 Agência Humana: Avaliação Forte e Crítica ao Utilitarismo

A década de 1980 marca a sedimentação de Taylor no campo da hermenêutica. É desse período o seu artigo *O que é a agência humana?* (publicado em 1985 na compilação *Papéis Filosóficos*). Quatro anos depois, o filósofo lançaria *As fontes do ‘Self’*, uma de suas principais reflexões. Embora a temática econômica não tenha desaparecido do espectro de preocupações taylorianas, nenhuma obra posterior do autor voltaria a discutir os temas lançados em *Padrão da Política*. O tom acalorado da publicação de 1970 vai dando espaço a uma visão mais moderada e tolerante ao projeto democrático liberal.

Tolerância não quer dizer, em absoluto, concordância, conforme o próprio Taylor deixa claro em seu artigo *A diversidade dos bens*, publicado em 1982 na compilação *Utilitarianismo e Além*, organizada pelo filósofo britânico Bernard Williams e pelo economista indiano Amartya Sen (Cf. TAYLOR, 1982, *passim*). Nesta segunda fase de sua obra, reaparecem críticas ao atomismo (tanto no plano epistemológico como no político), entendido agora como uma “patologia da Modernidade”. Taylor não deixa dúvida de que sua crítica se direciona ao *Homo Oeconomicus* microeconômico, orientado por uma racionalidade de “cálculo da mais econômica aplicação de meios ao atingimento de um dado fim” e do emprego da “máxima eficiência ou a melhor razão de custo-benefício são as medidas de sucesso” (REDDHEAD, 2002, p.8). É em tal momento que melhor vislumbramos a crítica ao utilitarismo tayloriano, descrita por Lara Correa:

[Um esforço rumo] à desconstrução [...] [da] ilusão de neutralidade subjacente ao pensamento utilitário, buscando evidenciar que, de fato, o que se observa na consagração do útil é a estreita vinculação entre concepções cognitivas, morais e políticas, de modo que considerações quanto à natureza humana são traduzidas em um conjunto de valores específico e sustentam

prescrições institucionais, modelos de sociabilidade e ideais de personalidade bastante peculiares. (CORREA, 2012, p.174)

Debrucemo-nos com mais vagar sobre os argumentos do autor. Não é que o sujeito econômico racional, autocentrado e maximizador de utilidade, inexista. Ele existe, e parte expressiva das ações humanas e corriqueiras é produto, de fato, da simples derivação de impulsos sensoriais egoístas. O filósofo nomeia esta capacidade de comparar o potencial prazer extraído de distintas cestas de bens como *capacidade avaliativa fraca*. Em adição (e muito mais relevante que esta) seria a *capacidade avaliativa forte*, mobilizada todas as vezes que as duas (ou mais de duas) opções de ação envolvem gradação qualitativa. Se a *capacidade avaliativa fraca* surge como uma resposta imediata a desejos contingentes, a *capacidade avaliativa forte* seria uma espécie ponderada, uma “avaliação sobre as avaliações” (Cf. FORSEY, 2005, p.292). As avaliações fortes são, portanto, aquelas que põem à prova “o tipo de vida que se quer ter ou o conjunto de valores com o qual se comunga” (*idem, ibidem* e também TAYLOR, 1982).

A importância de tal capacidade, para Taylor, decorre do fato de ser justamente aí, nos momentos de decisões de segundo grau, que

ocorrerem as constituições do *Self* (*idem*, p.292). Uma das facetas da patologia moderna seria, nesse sentido, o achatamento do campo das decisões humanas exclusivamente ao universo das decisões fracas. Fundamental aos nossos objetivos é a dimensão *comunicacional* desse processo, mediante a identificação de riscos de encurtamento do “vocabulário de valores [...] ou de acesso à linguagem do contraste qualitativo” (*idem, ibidem*). Assim, não é que o discurso utilitário seja falso: ele é, em lugar disso, “parasitário”. Ele se apropria de uma sintaxe avaliativa que se quer derradeira quando, na verdade, ela estaria limitada ao universo de escolhas fracas (Cf. BAKER, 2003, p.141).

A solução lançada por Taylor viria por meio da proposição da existência de um segundo tipo de bens, os *hiperbens* – em outros momentos chamado pelo autor como bens constitutivos, distinto, portanto, dos bens terrenos (*‘life goods’*). Alguns comentadores veem os hiperbens como “bens-ordenadores”, isto é, bens que seriam não apenas “incomparavelmente mais importantes do que os outros”, mas que, adicionalmente, forneceriam “o ponto mesmo a partir do qual estes [outros bens] serão pesados, julgados e escolhidos” (BRAMAN, 2008, p.39).

Enquanto nossa *capacidade avaliativa fraca* permitiria a realização de escolhas na esfera de bens terrenos restringindo-se, portanto,

ao plano de decisão de “ações, dos sentimentos e dos modos de vida” (*idem, ibidem*), a *capacidade avaliativa forte* vincular-se ia ao acesso (ou desejo de acesso) dos *hiperbens*, os “pontos de referência para os quais julgamos orientar nossas vidas” (FORSEY, 2005, p. 300). Para Taylor, seria justamente aí, mediante consecutivas e cumulativas ações operadas sob o crivo das avaliações fortes que se constitui a Identidade, o *Self* ou a Autenticidade (o termo varia de acordo com a obra de Taylor).

#### 4 Imaginários Sociais: Cognição e Intersubjetividade

Esclarecido o componente avaliador, ficam mais claros os dois outros aspectos apontados por Taylor como inerentemente constitutivos da agência humana: sua dimensão teleológica e, fulcralmente vinculada a ela, o componente *cognitivo* da agência. Começamos pelo segundo.

O termo cognição não faz menção à mera aquisição de um dado conhecimento, saber ou técnica, mas sim a um ampliado processo definidor do *Self*. Um exercício contínuo de “remodelação [de si] por meio da ação metódica e disciplinada” (CORREA, 2012), um projeto de vida inteira que – na ausência das já mencionadas patologias – permitiria a adoção, por parte dos agentes, de uma “postura instrumental em relação a suas propriedades, desejos, inclinações, tendências, hábitos

de pensamento e sentimento, para que esses possam ser elaborados, eliminando alguns e fortalecendo outros, até chegar à especificação desejada” (*idem, ibidem*).

Esse processo de autointerpretação ocorre por meio de um processo de descobrimento (*‘awareness’*) da realidade social circundante (FORSEY, 2005, p. 297). Taylor explica-nos que, ao contrário das ciências naturais, onde poderíamos postular um modelo cognoscente linear, que parte “do sujeito rumo a seu objeto de conhecimento” (*idem, ibidem*), no reino das Humanidades teríamos um processo circular que “começa com a nossa localização em estruturas que são elas próprias produtos de interpretações prévias e se desenvolve com base na contribuição de nossas experiências e dos significados que nelas encontramos” (*idem, ibidem*).

Decorre-se disso uma interessantíssima cadeia de argumentos lógicos que, em última análise, justifica todo o edifício teórico (e político) do autor. Começamos aceitando as premissas de que, sob o risco de falência ou completa ruptura de nossa estrutura psíquica, possuiríamos um *Self* teleológico – isto é, uma existência normativamente orientada pela demanda dos ‘hiperbens’. Nossa disposição (mesmo que, eventualmente, turvada) de buscar esses bens-ordenadores nos faria, necessariamente, refletir sobre as opções disponíveis nas teias de significados dentro das



quais teríamos nascido e às quais não necessariamente estaríamos identificados. Na jornada de formação de nosso ser autêntico, podemos acabar descobrindo que o horizonte de possibilidades dentro do qual estávamos vivendo era por demais estreito ou insatisfatório, exigindo uma expansão que é tanto valorativa quanto léxica (Cf. *idem*, p.299). É como se, literalmente, faltassem palavras para definir esse novo e expandido *Self*. Insatisfeito, esse *Self* inflado “se expressaria” (verbal ou não verbalmente) passando, com isso, a figurar, também ele, como um referencial dentro do universo de possibilidades de avaliações fortes dos demais agentes que, eventualmente, podem encampar e/ou amplificar esse novo horizonte, retroalimentando uma vez mais o sistema como um todo.

Justificar-se-ia, em tal modelo, a defesa tayloriana de um regime político protetor da “diversidade profunda”, isto é, de um modelo capaz de permitir expansões subjetivas e intersubjetivas infinitamente. É esta, ao menos, a interpretação dada por Isaiah Berlin sobre a obra de seu orientando, quando afirma que Charles Taylor é:

Basicamente um teleólogo – tanto como cristão e como um hegeliano. Taylor obstinadamente acredita [...] que os seres humanos, e talvez o universo inteiro, tenham um propósito básico [...]. Consequentemente, tudo o que escreveu está

relacionado ao que as pessoas acreditaram, pelo que lutaram, no que se desenvolveram, sob quais luzes se guiaram e, finalmente, a quais objetivos finais os seres humanos estão, por sua própria natureza, determinados a se mover (*Filosofia na era do pluralismo*’, 1994, p.1 *apud idem*, p. 300).

Podemos entender, nesse sentido, a obra de Taylor (sobretudo sua reflexão proposta no livro *Imagínarios Sociais*) como um grande tratado rumo à compreensão das maneiras pelas quais pessoas comuns definem suas ordens morais, isto é: a maneira pela qual respondem às perguntas “Pelo que viver?” Ou “Pelo que lutar?” (Cf. FRASER, 2007, Cap.6). Fecha-se, assim, um ciclo, justificando a razão pela qual empreendemos essa ampla travessia pela obra de Charles Taylor. Nosso objetivo não foi outro senão indicar que, ainda por sendas bastante oblíquas, a temática tayloriana traria semelhanças centrais às de todos os demais autores sobre os quais já nos debruçamos.

Seria mera coincidência que Veblen, como Taylor, tenha se perguntado sobre quais motivações tornariam os homens dispostos a matar ou morrer? Ou que Cochrane tenha inquirido por que em certos momentos, a Humanidade preocupou-se com a Civilização? Ou que Harold Innis tenha passado uma vida inteira circundando a pergunta ouvida em seus anos de gradu-

ação: afinal, por que assistimos às coisas a que assistimos?

## 5 Criatividade: Ponto Cego do Materialismo Ocidental?

Resta comentar um último aspecto a respeito da conexão entre o pensamento tayloriano e nosso projeto de descrição do pensamento econômico-comunicacional canadense. Trata-se de reconhecer o que Ian Angus chama de a “materialidade da expressão”, isto é, o entendimento de que os atos comunicacionais são justamente os conectores entre o plano das Ideias e o plano material. A tentativa de tentar aplicar as dicotomias idealismo/materialismo ao pensamento de Charles Taylor é tão infrutífera quanto a tentativa de aplicação da dicotomia sujeito/objeto a Harold Innis:

O contemporâneo foco na linguagem desvia-se das dicotomias interno-externo, ou consciência-realidade, centrando maiores atenções no processo “intermediário”, onde a *praxis* mobilizada [*instituting praxis*] é entendida como a expressão de um modo de vida que forma a si mesmo. Sua mudança teórica mais cabal é, portanto, abandonar a suposição de que o meio de comunicação possa ser um canal neutro de passagem entre os mundos interior e exterior, ou entre consciência e realidade. A Linguagem e, portanto, a Comuni-

cação, é vista como um processo ativo de formação da expressão. [...] Termos como ‘articulação’ ou ‘expressão’ parecem capturar este processo ativo de modo mais pleno. De fato, o que se torna interessante é precisamente a pluralidade de formas que o processo ativo de expressão pode assumir. Depois da virada discursiva, a filosofia e as Ciências Humanas centram-se justamente no reconhecimento da influência formadora da linguagem, e dos meios de comunicação em geral, em sua capacidade de moldar [*giving shape*] forma de vida que, mais tarde, poderemos distinguir como os extremos da consciência e da realidade [...]. [Há aí, portanto, esta preocupação com a expressividade da Cultura ou com a “linguagem como consciência prática”, conforme Marx e Engels disseram em sua *Ideologia Alemã*. (ANGUS, 1998)]

Novamente, não é o caso de enxergar em Taylor uma proposta de materialismo de tipo marxista. Por mais que Ian Fraser sustente a proposta de um marxismo velado ou não assumido na obra do filósofo canadense por meio de homologias entre os conceitos de *imaginário social* como *consciência de classe*, *ideologia* ou *falsa consciência* (FRASER, 2007, p.115 e 149; FORSEY, 2005, p. 306). Ao mesmo tempo, há algo muito próximo do materialismo innisiano, sobretudo quando consideramos que Taylor usa, geralmente de modo indiscriminado,

os conceitos de “estrutura”, “esquemas conceituais”, “paradigmas”, “linguagens” e, finalmente, *modos de raciocinar* (*idem*, p. 298). Não seriam as patologias de Taylor semelhantes, portanto, aos monopólios do conhecimento de Harold Innis? Não seriam os limites contextuais de imaginação do *Self* e, conseqüentemente, as fronteiras da *imaginação social* limitados por nada menos do que os *vieses da Comunicação* innisianos?

Essa leitura fica ainda mais evidente quando analisamos a interpretação feita por Jane Forsey sobre a estruturas sociais taylorianas. Sua proposta leva o materialismo innisiano até seu efetivo limite, sobrepondo ainda mais os planos material e ideacional, fundindo ainda mais os planos econômico e comunicacional:

[Não basta dizer que] os significados que compõem as estruturas taylorianas são disseminados linguisticamente; eles estão efetivamente embutidos [*embedded*] nos tipos de edifícios que projetamos, nas cores que usamos para pintar nossas paredes, nas estátuas que erigimos, na música de espera do telemarketing, nas modas que usamos, na comida que comemos, em como e onde perfuramos nossos corpos, como construímos nosso calendário, cortamos nossa grama e assim por diante. Nem todas essas coisas têm a linguagem como parte integrante deles, e tampouco

é o caso de afirmar que todos os significados incorporados nesses fenômenos culturais possam ser ‘traduzidos’ para uma modalidade linguística de comunicação. Mas todos são fundamentais para um senso do mundo que adquirimos à medida que crescemos, e todos fazem parte da cultura dentro da qual desenvolvemos nossas identidades. (FORSEY, 2005, p.206)

Aparece aqui, por fim, um último termo que, uma vez mais, indica a proximidade do projeto de Charles Taylor ao de Throstein Veblen, Harold Innis e Robert Cox. Mais do que ativa, a agência é *criativa* (*idem*, p. 308). Mas também aqui o termo parece incompleto. Não se trata de uma criatividade desinteressada, ensimesmada nem tampouco de um domínio técnico para fins utilitários; trata-se de uma criatividade política, reveladora. O conceito, ao qual – numa angústia semântica tão própria de Charles Taylor – parecem faltar palavras.

Aparadas todas as arestas, percebe-se que a tradição econômica-comunicacional canadense está em busca desta “criatividade política”, dessa “razão pela qual viver” (Cf. Taylor, 1970). Taylor, como Rousseau, busca o Sentimento da Existência, a *Virtù* de Maquiavel, a *Vertu* de Montesquieu ou o princípio político motor de Aristóteles (Cf. BEAULIEU, 2005, p.121 e DREI, 1998). Taylor e Innis buscam, assim, encontrar o justo equilíbrio dos dis-

senso, o respeito à autoridade e à livre-associação por humanos livres e iguais.

Para Taylor, agir é ser, e ser é tornar-se, isto é, retroalimentar a cadeia teleológica de expansões intersubjetivas. Nesse ponto, contudo, Charles Taylor não está mais dialogando com o realismo tecnológico de Innis ou com o gramscianismo de Cox, mas sim com a utopia de seu conterrâneo, Marshall McLuhan. Para Taylor, o meio não é (uma simples) mensagem. O meio é “a” Mensagem.

## Referências

- ABBEY, Ruth. *Charles Taylor*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- ANGUS, Ian. The materiality of expression: Harold Innis' communication theory and the discursive turn in the human sciences. *Canadian Journal of Communication*, v.23, n.1, p. 9, Winter 1998.
- BAKER, Deane-Peter. 'Condemned to Meaning': a critical review of recent work on Charles Taylor. *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, History and Liberty, n. 102, p. 139-146, Dec. 2003.
- BARHAM, Peter; HAYWARD, Robert. *From the mental patient to the person*. London: Routledge, 1991.
- BEAULIEU, Alain; TAYLOR, Charles. A Conversation with Charles Taylor. *Symposium: Canadian Journal of Continental Philosophy* (Revue Canadienne De Philosophie Continentale), v. 9, n. 1, p.115-127, Mar., 2005.
- BICKERTON, James; BROOKS, Stephen; GAGNON, Alain (Orgs.). *Freedom, equality, community: the political philosophy of six influential Canadians*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.
- BRAMAN, Brian. *Meaning and authenticity: Bernard Lonergan and Charles Taylor on the drama of authentic human existence*. Toronto: University of Toronto Press, 2008.
- CORREA, Lara Cruz. Utilitarismo e moralidade: considerações sobre o indivíduo e o estado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27 n. 79, p. 173-186, jun.2012.
- DREI, Henri. Le mot et le concept de vertu chez Machiavel et Montesquieu. *Revue Montesquieu*, n. 2, p. 45-54, 1998.
- DUNN, Stephen P; PRESSMAN, Steven. The economic contributions of John Kenneth Galbraith. *Review of Political Economy*, v. 17, n. 2, p.161-209, Apr.2005.
- FORSEY, Jane. Creative expression and human agency: a critique of the taylorian self. *Symposium: Canadian Journal of Continental Philosophy* (Revue Canadienne De Philosophie Continentale), v. 9, n. 2, p. 289-312, Sept. 2005.
- FRASER, Ian. *Dialects of the Self: transcending Charles Taylor*. Exeter: Imprint Academic, 2007.
- PALMA, Anthony Joseph. *Recognition of diversity: Charles Taylor's educational thought*. Tese (Doutorado). 308p. Department of Humanities, Social Sciences, and Social Justice Education, Ontario Institute for Studies in Education. Toronto: University of Toronto, 2014.
- REDHEAD, Mark. *Charles Taylor: thinking and living deep diversity*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2002.
- TAYLOR, Charles. The diversity of goods. In: SEN, Amartya; WILLIAMS, Bernard (Eds.). *Utilitarianism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p.129-144.
- \_\_\_\_\_. The moral topography of the Self. In: MESSER, Stanley B.; SASS, Louis Arnorsson; WOOLFORK, Robert L. (Eds.) *Hermeneutics and psychological theory: interpretive perspectives on personality, psychotherapy and psychopathology*. New Jersey: Rutgers University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. What is human agency?. In: \_\_\_\_\_. *Human agency and language: Philosophical Papers 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Cap. 1, p.15-44.
- WEINSTOCK, Daniel; LEVY, Jacob T. Charles Taylor and ethical naturalism. In: \_\_\_\_\_. *Charles Taylor at 80* (No Prelo). Montreal: McGill-Queens University Press, 2016.

- 1 Optamos, como diversos autores, em não traduzir o termo Self, dada a inexistência de um conceito suficientemente análogo na língua portuguesa.
- 2 Não por acaso, a filosofia de Charles Taylor costuma ser mobilizada em outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a Psicologia Clínica (BARHAM; HAYWARD, 1991) ou a Educação (PALMA, 2014).
- 3 Novamente, uma passagem de difícil versão para o português: “[Taylor] argues that one acquires an identity and experiences personal meaning through one's relation with to significant others” (BICKERTON; BROOKS; GAGNON, 2006, p. 94).
- 4 Para uma reflexão sobre o tema, ver Dunn e Pressman (2005).
- 5 Levitt é uma das figuras maiores da Economia Política canadense e sobre ela voltaremos a falar em artigo posterior desta série.

(\* *Graduado em Ciências Econômicas e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisas em Economia Geopolítica da Universidade de Manitoba (GERG). É pesquisador de pós-doutorado do Canadian Consortium on Performance and Politics in the Americas. (E-mail: julio.moraes@usp.br)*

## A Economia da Região Metropolitana de São Paulo

RODGER ANTUNES (\*)

Este texto tem por objetivo trazer ao debate a Região Metropolitana de São Paulo sob os aspectos de sua participação relativa recente na economia nacional e os aspectos históricos que transformaram a região no principal polo de concentração de produção e riqueza no Brasil. Nesse contexto, adicionalmente, discutem-se questões como o mercado de trabalho local, tal como formalização e espraiamento intraurbano das firmas. Esses fatos conjuntos abrem espaço para justificar a necessidade de uma análise sob os cânones da Economia Urbana.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) representa o maior polo de concentração de produção do país, em termos monetários. A partir da Tabela 1, em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) da RM foi de R\$ 1,022 trilhões, representando 55% do PIB do Estado de São Paulo e 17,7% do PIB nacional, e o produto *per capita*, para esse período, foi de R\$ 40.189. Quando comparado ao ano de 2002, nota-se a perda de participação relativa do PIB da RMSP e do MSP no produto nacional.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto Total e Per Capita a Preços Correntes (R\$ - Milhões)

Unidades Territoriais	2002			2014		
	PIB <sup>(1)</sup>	PIB <i>per capita</i> <sup>(2)</sup>	% PIB	PIB <sup>(1)</sup>	PIB <i>per capita</i> <sup>(2)</sup>	% PIB
Brasil	1.488.787	0,0085	-	5.778.953	0,0285	-
Estado de São Paulo	518.879	13,7	35%	1.858.196	43,5	32%
Região Metropolitana de São Paulo	292.547	12,6	20%	1.022.867	40,2	18%
Município de São Paulo	188.706	17,8	13%	628.065	54,5	11%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação Seade. (1) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total. (2) O PIB *per capita* referente às regiões paulistas foi estimado usando a população estimada pela Fundação Seade, e referente ao Brasil foi calculado usando a estimativa do IBGE.

O principal macrossetor da produção na Grande São Paulo é o setor de serviços, cuja participação no PIB da região, no ano de 2014, foi de 60% (excluindo o setor público), seguida pela indústria (14%). Essa alta participação relativa do setor de serviços no PIB deriva da presença de muitas sedes de complexos industriais, comerciais e financeiros que atuam tanto na região metropolitana quanto no restante do Brasil. O município de São Paulo, principalmente, tem um papel importante como centro financeiro e atua como ponte regional entre o Brasil e o restante do mundo. E, ao

mesmo tempo, a municipalidade conecta o restante da RM às relações internacionais, reforçando o papel regional de centro de negócios internacionais, recebendo demandas por serviços e fluxos e controle de investimentos estrangeiros e comércio internacional.

Todavia, numa comparação relativa do PIB por macrossetor da RMSP com as respectivas produções no Brasil, nota-se a elevada importância da produção do setor de serviços da RMSP (puxada pelo Município de São Paulo, como destacado acima), isto é, 25,2% da

produção do setor de serviços nacional. Em relação à indústria, a RMSP produz 16,5% do total da produção desse macrossetor na esfera nacional, e o MSP contribui com quase 50% dessa parcela. Essas relações foram reduzidas após 12 anos, para todos os macrossetores.

A Tabela 2 demonstra a redução das participações relativas, não somente nas parcelas dos PIBs setoriais do município de São Paulo em relação ao Brasil como também da RMSP e do Estado de São Paulo. Dentre essas três regiões, a capital do Estado apresentou a maior perda relativa no macrossetor de serviços, excluindo o setor público. Normalizando pela produção

do Estado de São Paulo, o MSP compõe 45,6% do total em 2002, enquanto em 2014 essa mesma relação é reduzida para a marca de 39,8%. Embora a participação relativa da produção do macrossetor da indústria caia quando normalizado pela respectiva produção nacional, pode-se notar que o município de São Paulo é a região que apresentou maior produção relativa, utilizando a normalização pelo Estado. Resumidamente, o Estado de São Paulo tem perdido importância relativa em termos de produção, o que significa que o resto do país está crescendo a taxas maiores, comparativamente. O mesmo tem ocorrido com a RMSP e, especificamente, com o MSP numa análise intraestado.

*Tabela 2 - Participação Relativa do PIB por Macrossetor para Regiões Seleccionadas*

Região	Serviços				Serviços			
	Agro	Ind.	Adm. Púb.	Total (exclusive Adm. Púb.)	Agro	Ind.	Adm. Púb.	Total (exclusive Adm. Púb.)
2002								
Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-	-	-	-
Estado de São Paulo	17,3%	35,3%	20,1%	39,8%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
RMSP	0,4%	16,5%	9,3%	25,2%	2,6%	46,7%	46,3%	63,4%
São Paulo	0,01%	8,1%	5,3%	18,1%	0,1%	10,1%	26,2%	45,6%
2014								
Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-	-	-	-
Estado de São Paulo	10,9%	28,9%	18,5%	37,9%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
RMSP	0,6%	12,1%	8,4%	22,9%	5,1%	42,0%	45,3%	60,3%
São Paulo	0,02%	5,6%	4,6%	15,1%	0,1%	19,6%	25,1%	39,8%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: Agro: setor agrícola; Ind: indústria; Adm. Púb.: administração pública.

Tabela 3 - Posição na Ocupação por Regiões Selecionadas

Posição na Ocupação	Ocupados			Ocupados (%)		
	2002	2008	2014	2002	2008	2014
<b>Formal</b>						
Brasil	30.048.673	40.482.412	47.835.655	37,7%	43,3%	48,2%
Estado São Paulo	8.945.305	11.945.365	13.523.969	51,6%	57,4%	63,4%
RMSP	4.223.435	5.712.496	7.627.818	50,1%	57,5%	67,5%
<b>Informal</b>						
Brasil	19.349.719	20.926.430	19.002.628	24,3%	22,4%	19,2%
Estado São Paulo	3.861.166	3.931.675	2.601.109	22,3%	18,9%	12,2%
RMSP	1.962.996	1.979.189	1.725.512	23,3%	19,9%	15,3%
<b>Conta Própria</b>						
Brasil	17.746.858	18.911.737	21.171.473	22,3%	20,2%	21,4%
Estado São Paulo	3.250.038	3.345.447	3.922.012	18,7%	16,1%	18,4%
RMSP	1.611.461	1.616.853	1.879.314	19,1%	16,3%	16,6%
<b>Empregador</b>						
Brasil	3.380.150	4.189.651	3.728.845	4,2%	4,5%	3,8%
Estado São Paulo	867.643	1.067.840	979.422	5,0%	5,1%	4,6%
RMSP	397.162	461.249	415.760	4,7%	4,6%	3,6%
<b>Outros</b>						
Brasil	9.183.122	8.910.132	7.404.892	11,5%	9,5%	7,5%
Estado São Paulo	426.059	502.630	306.349	2,5%	2,4%	1,4%
RMSP	229.005	169.557	30.974	2,7%	1,7%	0,3%
<b>Total</b>						
Brasil	79.708.522	93.420.362	99.143.493	100,0%	100,0%	100,0%
São Paulo	17.350.211	20.792.957	21.332.861	100,0%	100,0%	100,0%
RMSP	8.424.059	9.939.344	11.305.194	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (2002; 2008; 2014). Nota: As posições na ocupação foram criadas a partir das seguintes agregações: a) formal: empregados e trabalhadores com carteira assinada; b) informal: trabalhadores sem carteira assinada; c) as demais categorias foram criadas pelas suas respectivas denominações, como consta no questionário da PNAD.

Mesmo em um cenário de perda de participação relativa do PIB setorial da RMSP, a taxa de crescimento de trabalhadores ocupados em empregos formais cresceu, também comparado ao restante do país. Pode-se notar que tal crescimento foi um comportamento observado nos dados agregados do Brasil e do Estado de São Paulo; entretanto, a RMSP foi a que apresentou maiores taxas de crescimento da participação relativa nos anos de 2002, 2008 e 2014. Adicionalmente, percebe-se que a parcela de trabalho informal foi reduzida

no Brasil. Em 2002, a participação do total de trabalhadores informais no Brasil era de 24,3% do total de pessoas em alguma atividade econômica, sendo reduzida para 22,4% em 2008 e 19,2% em 2014. Avaliando a mesma posição na ocupação para a RMSP, notam-se maiores reduções. Em 2002, a região obtinha 23,3% dos trabalhadores em ocupações informais; essa taxa caiu para 19,9% em 2008 e para 15,3% em 2014. Em relação à posição conta própria, a taxa de declínio é suave ao longo do período analisado e a participação

relativa da RMSP nessa categoria segue a mesma tendência nacional. O mesmo ocorre em relação à categoria de empregadores, na qual a RMSP mostra uma suave queda na participação relativa, apresentando uma participação de 4,7% do total de ocupados em 2002 para 3,6%, em 2014. Numa avaliação nacional, a relação era de 4,2%, em 2002, caindo para 3,8% em 2014.

Quanto à pujança econômica, vários estudos tiveram como foco os fatores que transformaram a RMSP no maior polo de riqueza e renda nacional. A história do desenvolvimento econômico da RMSP está totalmente vinculada ao ciclo do café (1850-1930), principal produto exportado nesse período, resultando na atração de mão de obra de diferentes lugares do país e de imigrantes para trabalhar nas plantações e em outras atividades impulsionadas pela economia cafeeira, tais como comércio e serviços. Segundo Fausto (1995), imigração, urbanização e industrialização atuaram como processos complementares que se deram concomitantemente e foram impulsionados pela economia do café.

No contexto da abolição da escravidão, a demanda por mão de obra cresceu nas plantações de café, e os imigrantes que vinham ao país procurando por uma nova posição acabavam se mudando para as recém-criadas áreas urbanas. O processo de urbanização desenvolvido esteve, em geral, relacionado à distribuição e ao fluxo de café direcionados à exportação, o que incentivou a construção de linhas de trem conectando a região ao porto. De acordo com Fausto (1995), o imigrante contribuiu com o surgimento do emprego urbano remunerado e abriu novas oportunidades para diferentes fontes de renda e empregados liberais.

A combinação da nova formatação do mercado de trabalho trazida pelos imigrantes e a estrutura urbana desenvolvida pela economia do café forneceu um ambiente apropriado para o fluxo de produtos manufaturados e para o desenvolvimento de indústrias nas áreas urbanas. Inicialmente, tais indústrias eram

dependentes da indústria do café e tiveram como foco a oferta de produtos para abastecer a demanda nacional. Neste contexto, muitas máquinas foram importadas e muitos produtores de café eram os demandantes (FAUSTO, 1995).

Muitos economistas têm revelado que a estrutura espacial das cidades modernas depende em grande escala do sistema de transporte e comunicação. Assim, a proximidade da RMSP do porto de Santos, a construção do modal ferroviário (linhas de trem) e estradas (SP 150, SP 160, BR 116, SP 070, BR 381, SP 330, SP 348, SP 280, SP 270 e BR 116) criaram a infraestrutura que facilitou o transporte de bens, a comunicação entre empresários e políticos e o acesso a mão de obra. Diniz e Campolina (2007) apontam tais conexões como essenciais para a transformação da região em uma área central no contexto nacional.

As estruturas urbanas desenvolvidas associadas às políticas públicas de incentivo à industrialização na era Vargas (1930-1945) e nos anos 1950 (Processo de Substituição de Importações) também contribuíram para a concentração de investimentos na RMSP e/ou nas proximidades, tais como Santos, Vale do Paraíba e Campinas. Segundo Singer (2017), tal concentração espacial das indústrias promoveu a expansão do setor de serviços, como em atividades comerciais e financeiras, educação formal (escolas e cursos profissionais), hotéis, salões de beleza etc. Na década seguinte ao fim do ciclo do café, a taxa de crescimento de emprego no setor de serviços na RM cresceu por volta de 50% entre 1940-1950, e 60% entre as décadas de 1950-1960 (SINGER, 2017).

Todavia, segundo Diniz e Campolina (2007), a partir dos anos 1970, a RMSP passou a perder sua capacidade de atrair novas firmas. Embora a taxa de crescimento de industrialização tenha crescido na RMSP, esta não cresceu na mesma magnitude que o país, no qual foi relativamente maior. Apesar do crescimento com taxas declinantes, a RMSP continuou atraindo imigrantes, contribuindo para a elevada taxa de cresci-

mento demográfico. Durante os anos 1980 teve início o processo de redução do crescimento da ocupação da indústria na produção total, em termos absolutos, bem como na taxa de crescimento da população.

Como descrito acima, o adensamento populacional na RMSP iniciou-se no contexto do ciclo cafeeiro, e foi mantido no período de industrialização do país sob o fomento de políticas públicas, como as leis trabalhistas desenvolvidas na era Vargas que atraíram trabalhadores da zona rural para a área urbana (SINGER, 2017). Durante os anos 1940, a população de 1.326.261 habitantes não ocupava todo o território da capital do Estado. Após 30 anos, em 1970, a área urbana se espalhava por 37 municípios (dado que os municípios de São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista foram criados apenas em 1981 e 1991, respectivamente) e a população total era de 8.139.730 habitantes (Censo, 1970). A população cresceu cerca de 6,1 vezes em 30 anos, uma taxa média de crescimento anual entre 5,5% e 6%.

A Tabela 3 mostra que, entre os anos de 1980 e 2010, a população da RMSP cresceu de 12,6 para 19,7 milhões de habitantes. Embora durante os anos 1970 a concentração industrial tenha ocorrido fora da RM, reduzindo a atração de pessoas por emprego na região, a Grande São Paulo permaneceu atraindo pessoas. Diniz e Campolina (2007) justificam esse comportamento devido a um atraso temporal no comportamento dos imigrantes para ajustar o processo de polarização econômica reversa e a polarização demográfica. Todavia, a partir dos anos 1991, a taxa de crescimento populacional caiu significativamente na RM, saindo de uma taxa de 54,6% em 1980 para 22,69% em 1991, 15,76% em 2000 e 10,1% em 2010. A capital do Estado, que também crescia a taxas elevadas nos anos 1980 (43,3%), teve sua taxa de crescimento reduzida a cada recenseamento, como exposto na Tabela 4: 13,5% (1991), 8,2% (2000) e 7,8% (2010). Comparativamente ao Brasil e ao Estado de São Paulo, tanto a região metropolitana quanto o município de São Paulo estão crescendo a taxas menores (Tabela 4).

*Tabela 4 - População Recenseada para Regiões Selecionadas (em Mil)*

Unidades Territoriais	1980	1991	2000	2010	1991/1980	2000/1991	2010/2000
Brasil	119.003	146.825	169.799	190.756	23,4%	15,6%	12,3%
Estado de São Paulo	25.041	31.589	37.032	41.263	26,2%	17,2%	11,4%
Região Metropolitana de São Paulo	12.589	15.445	17.879	19.684	22,7%	15,8%	10,1%
Município de São Paulo	8.493	9.646	10.434	11.254	13,6%	8,2%	7,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundação Seade.

O padrão de crescimento demográfico é representado em modelos teóricos, em que a população tende a se concentrar nas regiões centrais. Todavia, com a ampliação da densidade demográfica, os custos de aglomeração tendem a sobrepor aos retornos positivos da aglomeração, atraindo pessoas para municípios (regiões) mais próximos do município central, como observado por Nadalin (2010) em estudo para a RMSP, isto é, elevação dos gradientes de emprego e habitação em relação ao centro histórico localizado na Praça

da Sé (distrito da Sé no Município de São Paulo). Os custos da aglomeração não afetam apenas as famílias, mas também as firmas, as quais buscam por localização com menores preços da terra, mercado potencial e menor custo de transporte tanto para escoamento dos produtos quanto para acesso à mão de obra. Segundo Diniz e Campolina (2007), a troca do município de São Paulo para os demais municípios da RMSP se deu devido à expansão e melhoramento do sistema de transporte e encarecimento do preço da terra na



capital do Estado. Azzoni (1986) e Diniz e Campolina (2007) apontam para a descentralização dos postos de trabalho em função da realocação das indústrias, dando-se essencialmente na escala regional, isto é, movendo da capital em direção às demais municipalidades da Grande São Paulo. Esse movimento os autores denominam descentralização concentrada.

Meyer, Grostein e Biderman (2004) apontam para o mesmo processo, mas agora na escala intramunicipal, i.e., no município de São Paulo. Os autores apontam para o espraiamento dos postos de emprego, saindo do centro histórico da cidade em direção às regiões da Zona Sul 1 e Oeste. Segundo os autores, o processo se inicia nos anos 1960 em direção ao distrito do Jardim Paulista, Cerqueira Cezar e Itaim Bibi. Este último foi essencialmente estimulado pela criação da Avenida Faria Lima nos anos 1970. Entre os anos 1970-1990, muitas firmas foram alocadas no distrito da Vila Olímpia. Recentemente, entre 2000-2010, os empregos estão se aglomerando em direção ao distrito de Santo Amaro, ao sul do município, e ao distrito da Lapa, zona oeste da cidade.

Essa alteração intertemporal da ampliação da formalidade no mercado de trabalho da RMSP e espraiamento das firmas ao longo do espaço intramunicipal tem impacto direto sobre a economia local, mesmo que em direções opostas, sobretudo no que diz respeito à Economia Urbana. Nesse sentido, compreender esse espraiamento do trabalho, seu novo grau de concentração e a redução da taxa de crescimento demográfico ganha relevância econômica devido à elevada influência que esses fatores têm sobre os preços em um contexto urbano, como sobre salários, preços da terra e transporte. Ademais, o contexto recente da economia metropolitana deve ser compreendido como uma possível reversão estrutural da posição econômica relativa da RMSP no cenário nacional e quais as possíveis influências locais em termos agregados.

## Referências

- AZZONI, C. R. *Indústria e reversão polarizada no Brasil*. São Paulo: USP: IPE, 1986.
- DINIZ, C. C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *Eure*, Santiago, n. XXXIII, p. 27-43, 2007.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> IBGE: *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

NADALIN, V. Quanto os moradores de São Paulo estão dispostos a pagar para viver longe das favelas? In: NADALIN, V. *Três ensaios sobre economia urbana e mercado de habitação em São Paulo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Economia; Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Universidade de São Paulo, 2010.

MEYER, R.; GROSTEIN, M.; BIDERMAN, C. *São Paulo metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

(\* ) *Doutorando em Economia pelo IPE-USP e membro do Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP. (E-mai: rodgerantunes@gmail.com).*

# Efeitos de Uma Seca na Colômbia: Uma Abordagem de Equilíbrio Geral Computável<sup>1</sup>

MICHAEL TULIO RAMOS DE FRANÇA (\*)

## 1 Introdução

As mudanças climáticas vão agravar a intensidade e a frequência das secas no mundo, prejudicando, assim, a produção de alimentos. Diversos estudos têm alertado para este fato. Segundo um recente relatório feito pelo Banco Mundial, os impactos das mudanças climáticas afetaram principalmente o ciclo da água, com graves e desiguais consequências pelo mundo (BANCO MUNDIAL, 2016).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é verificar os efeitos de uma eventual seca na principal região produtora agrícola da Colômbia: Antioquia (este departamento produz 14.5% de todos os produtos agrícolas do país). Para isso, usaremos uma abordagem de Equilíbrio Geral Computável. Mais especifica-

mente, utilizaremos o Modelo CEER que considera as interligações das relações produtivas entre as regiões e, assim, poderemos estimar os efeitos que a seca desencadeará sobre os demais departamentos colombianos.

Este artigo foi estruturado da seguinte forma: a seção 2 fornece uma sucinta descrição do cenário regional da Colômbia. Em seguida, na seção 3 discutimos brevemente o modelo usado para simular o impacto da seca. Na seção 4, apresentamos os resultados do experimento. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## 2 O Cenário Regional

Antioquia é um dos 32 departamentos da Colômbia e está localiza-

do no noroeste do país. Sua capital é Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia em importância econômica e a terceira em população. A maior parte do território é montanhosa devido à presença das cordilheiras Ocidental e Central. As terras baixas correspondem aos vales dos rios que nascem destas cordilheiras: Rio Atrato, Rio Medellín, Rio Cauca e Rio Magdalena.<sup>3</sup> As Figuras 1 e 2 ilustram o percentual da agricultura na produção total e no valor bruto da produção, respectivamente.

Haddad *et al.* (2009) destacam a dominância de Bogotá em termos da parcela na renda nacional bruta, ou seja, a capital colombiana gera mais que um terço da renda bruta total. O grupo composto por Antioquia e Vale registra uma parcela que oscila entre 10% e 15%.

Figura 1 - Percentual da Agricultura na Produção Total

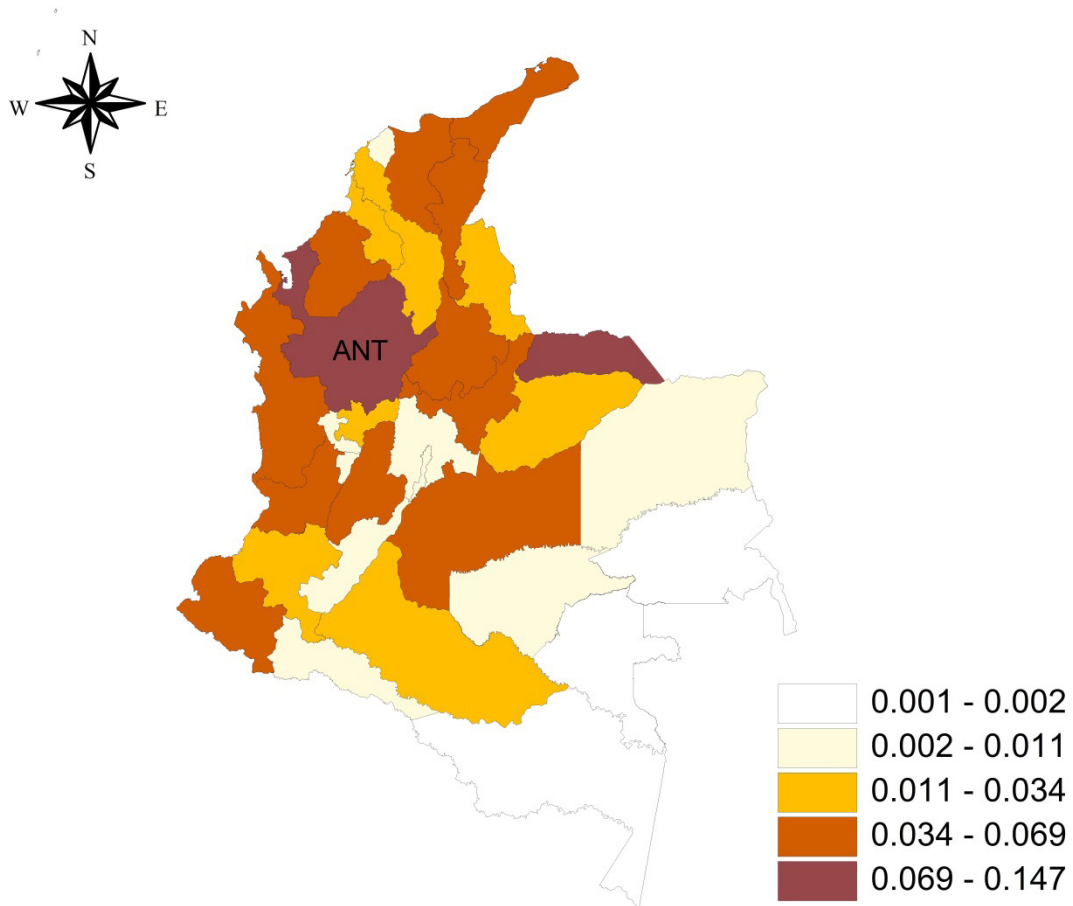
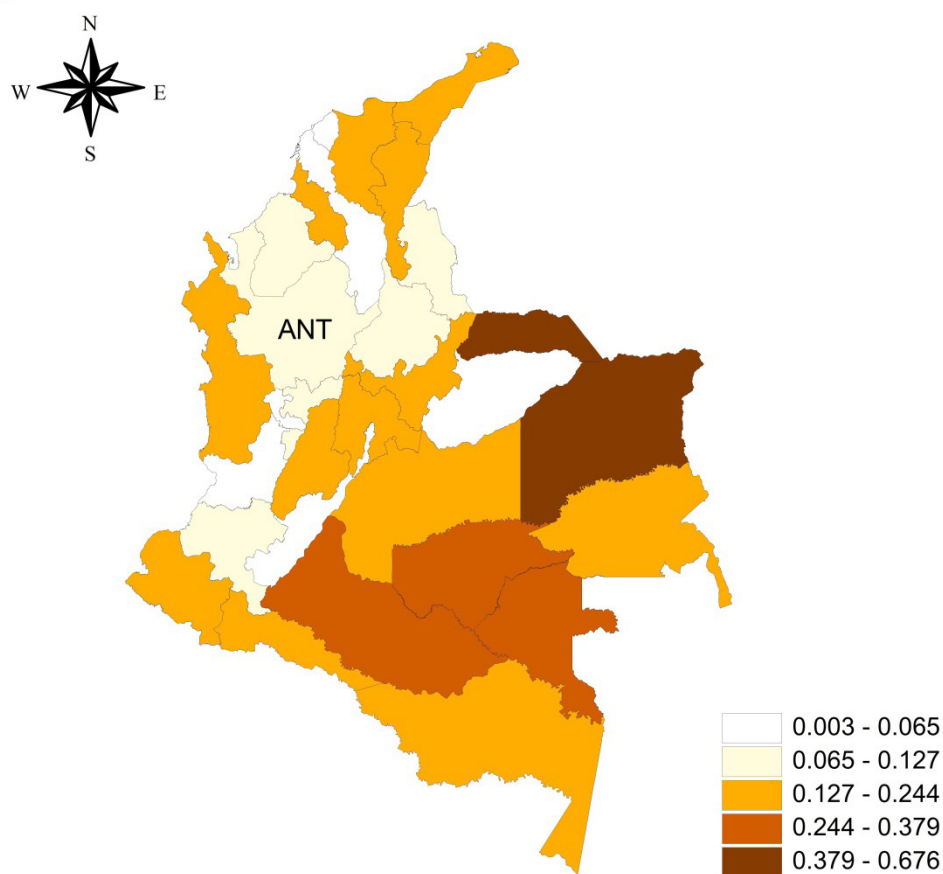


Figura 2 - Percentual da Agricultura no Valor Bruto da Produção



### 3 O Modelo CEER

O Modelo CEER é uma aplicação da modelagem de Equilíbrio Geral Computável desenvolvida especialmente para Colômbia. Nesse sentido, preços e quantidades são determinados endogenamente através de problemas de otimização. Tal modelo permite análises multissetoriais e inter-regionais.

Com isso, podemos examinar o impacto de distintos choques sobre a Colômbia e, particularmente, simular e analisar distintos cenários afetando suas microrregiões. Além disso, a natureza do Modelo CEER é *bottom-up*, ou seja, os resultados nacionais são obtidos agregando os regionais.

Nesse trabalho, simularemos os efeitos de uma seca no Departamento de Antioquia. Para isso, nossa hipótese é que, devido à falta de água, para se produzir a mesma quantidade de produtos agrícolas na região seriam necessários 10% a mais de fatores primários. Devido à estrutura teórica do modelo, este choque desencadeará diferentes efeitos sobre os demais departamentos da Colômbia.

O modelo identifica sete setores de produção/investimento em cada região produzindo sete produtos (ver Tabela1), uma família representativa em cada região, governo regional e um governo central, e uma única área estrangeira que comercializa com cada região doméstica. Dois fatores primários locais são usados no processo de produção de acordo com a dotação regional de capital e trabalho (HADDAD *et al.*, 2009).

Tabela 1 – Setores no Modelo CEER

1	Agricultura
2	Mineração
3	Industrial
4	Construção
5	Transporte
6	Administração Pública
7	Outros Serviços

Os dados nacionais (tais como as tabelas de insumo-produto, taxas, margens e tarifas) estão disponíveis no *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE). No nível regional, os dados foram desenvolvidos pelo Instituto Colombiano CEGA. Os parâmetros comportamentais foram obtidos por meio da literatura e tal fato corresponde a uma limitação da nossa abordagem. Entretanto, vale destacar a considerável dificuldade de encontrar estimativas empíricas para importantes parâmetros, tais como elasticidade substituição na literatura. Por fim, em relação ao fechamento, ressaltamos que usamos o de curto prazo, ou seja, o estoque de capital é mantido fixo.

#### 4 Resultados

Nesta seção, apresentaremos os efeitos de curto prazo da seca no Departamento de Antioquia e consideraremos os impactos sobre a produção, níveis de bem-estar e algumas variáveis macro. Para isso, aplicamos o Modelo CEER e consideramos que, devido à falta de água, serão necessários mais 10% de fatores primários para se produzir a mesma quantidade de produtos agrícolas na região. Calculamos a simulação usando o procedimento de Euler com extrapolação.<sup>4</sup>

A Tabela 2 sintetiza os resultados da simulação de curto prazo de algumas variáveis macroeconômicas. O PIB real colombiano apresentou queda de 0.137% e todos os setores foram negativamente afetados (ver Tabela 3). Por meio da Tabela 4, verificamos que os resultados foram heterogêneos quando analisamos o PIB regional. Nesse sentido, o Departamento de Bolívar foi o que obteve pior desempenho (-0.301%) e o Departamento de Sucre apresentou o melhor (0.522%).

Os resultados indicam que o nível de emprego apresentou direção oposta do nível de atividade. Enquanto o nível de atividade apresentou redução de 0.148%, o emprego aumentou 0.053%. Em parte, tal resultado pode ser explicado pela variação do salário nominal pago pelos produtores e pelo índice de preços do PIB. O salário nominal apresentou crescimento de 0.035%; porém, o crescimento do índice de preços do PIB foi relativamente maior (0.054%). Nesse cenário, temos uma expansão da demanda por trabalhadores e, conseqüentemente, uma queda na taxa de 0.051% na taxa de desemprego.

O consumo real da família diminuiu 0.153%, refletindo no bem-estar. No Modelo CEER, o consumo da família em cada região é assumidamente uma função da renda familiar disponível e este efeito resulta diretamente do nível de atividade. Verificamos também um efeito negativo na balança comercial, e tanto a exportação quanto a importação apresentaram resultados negativos. Isto se deve ao fato de que uma elevação nos custos internos com maior pagamento dos fatores, tudo o mais constante, deixaria os produtos de outros países mais competitivos. Desta forma, a demanda externa substitui os produtos nacionais por bens de outros países.

Tabela 2 - Efeitos de Curto Prazo em Variáveis Macro e Regional Selecionadas

PIB real	-0,137
Consumo real das famílias	-0,153
Nível de atividade	-0,148
Emprego: Pessoas	0,053
Taxa de desemprego (mudança em ponto percentual)	-0,051
Salário nominal pago pelos produtores	0,035
Índice de preços do PIB	0,054
Índice de preços ao consumidor	0,035
Volume de exportação	-0,261
Volume de importação	-0,077
Balança comercial (porcentagem do PIB)	-0,011

Tabela 3 - Efeitos de Curto Prazo na Atividade Setorial (Mudança Percentual)

Setor	
AGR	-0,783
MNE	-0,004
IND	-0,109
CNT	-0,006
TRN	-0,101
ADP	-
OTS	-0,081

Tabela 4 - Efeitos de Curto Prazo em Variáveis Espaciais Seleccionadas

		PIB Regional	Nível de Atividade	Varição Equivalente
D1	Antioquia	-0,154	-8,187	-141273
D2	Atlántico	-0,242	0,115	-85575
D3	Bogotá D. C.	-0,229	0,008	-370839
D4	Bolívar	-0,301	0,310	-80011
D5	Boyacá	0,043	0,270	-16968
D6	Caldas	0,037	0,363	-5806
D7	Caquetá	0,340	0,662	6910
D8	Cauca	0,060	0,341	-4021
D9	Cesar	0,096	0,373	9540
D10	Córdoba	0,197	0,668	-2078
D11	Cundinamarca	-0,032	-0,055	-19852
D12	Chocó	0,318	1,126	2798
D13	Huila	0,188	0,617	12238
D14	La Guajira	0,008	0,509	-6755
D15	Magdalena	0,214	0,464	10505
D16	Meta	0,209	0,476	12253
D17	Nariño	0,194	0,577	14478
D18	Norte Santander	0,047	0,355	-4216
D19	Quindío	0,068	0,409	-1881
D20	Risaralda	-0,098	0,553	-18479
D21	Santander	-0,105	0,194	-144604
D22	Sucre	0,522	1,253	17562
D23	Tolima	0,213	0,642	16689
D24	Valle	-0,146	0,420	-129593
D25	Amazonas	0,027	0,151	-71
D26	Arauca	0,047	0,064	3555
D27	Casanare	0,038	0,480	2669
D28	Guanía	0,096	0,327	-76
D29	Guaviare	0,205	0,451	1131
D30	Putumayo	0,159	0,563	1641
D31	San Andrés y Providencia	-0,165	-0,020	-3640
D32	Vaupés	0,389	0,825	689
D33	Vichada	0,317	0,508	1325

## 5 Considerações Finais

---

As mudanças climáticas intensificarão impactos negativos nas economias de diversos países nos próximos anos. Desta forma, compreender o impacto de um presumível choque constitui um exercício de significativa importância para orientar a sociedade a tomar medidas que possam mitigar os possíveis efeitos. No exercício de simulação apresentado neste trabalho, constatamos que uma eventual seca em Antioquia causará impactos negativos e heterogêneos em diversos departamentos colombianos.

## Referências

---

BANCO MUNDIAL. *High and dry – Climate change, water and the economy*. Water Global Practice, 2016.

HADDAD, E *et al.* Spatial aspects of trade liberalization in Colombia: a general equilibrium approach. *Papers in Regional Science*, v. 88, n. 4, 2009.

- 
- 1 Texto adaptado de um trabalho realizado durante o curso de Equilíbrio Geral Computável ministrado pelo professor Eduardo Haddad no programa de pós-graduação do IPE-USP.
  - 2 <http://antioquia.gov.co/>
  - 3 O modelo foi implementado usando o software GEMPACK ([www.monash.edu.au/policy/gempack.htm](http://www.monash.edu.au/policy/gempack.htm)).

(\*) Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em Teoria Econômica na Universidade de São Paulo (USP).  
(E-mail: [michaeltulioramos@usp.br](mailto:michaeltulioramos@usp.br)).



## EUA: Política Monetária e Mercado de Trabalho

GUILHERME TINOCO (\*)

Nos últimos trimestres, a economia americana vem apresentando desempenho bastante positivo no nível de atividade. O PIB cresceu 2,3% em 2017 e as perspectivas apontam para uma aceleração em 2018 (2,9%, segundo o FMI ou 3%, segundo o CBO). O mercado de trabalho segue firme, com desemprego em 4,1%, valor mais baixo desde o ano 2000. A demanda doméstica se destaca, com elevação tanto do consumo das famílias como do investimento privado.

Neste contexto, uma das principais discussões conjunturais nos EUA diz respeito ao aquecimento da economia e seu impacto na condução da política monetária, uma vez que, com a economia mais próxima do pleno emprego, as pressões inflacionárias tendem a se tornar cada vez mais relevantes.

O banco central americano (Fed) iniciou o ciclo de aperto monetário há mais de dois anos, mas em ritmo bastante gradual. Atualmente, a taxa de juros se encontra no intervalo entre 1,5% e 1,75% ao ano e deve sofrer mais dois ou três aumentos de 25 pontos-base em 2018, segundo as projeções de mercado. Enquanto isso, a economia mais aquecida ainda não se

traduziu em aumento de preços: os últimos dados, referentes a fevereiro, mostram alta de 1,6% para o núcleo do PCE, indicador utilizado como referência pelo banco central americano. A inflação segue, portanto, abaixo da meta de longo prazo, de 2% ao ano.

As perspectivas indicam que a taxa de juros deve continuar se elevando nos próximos anos até atingir cerca de 3%, segundo projeções dos próprios membros do Fed. Apesar disso, a velocidade do ajuste é tema de grande discussão. Por um lado, há quem argumente que a aceleração na alta de preços seja questão de tempo, demandando maior resposta da autoridade monetária. Por outro lado, há quem defenda a existência de algum grau de ociosidade na economia, que permitiria a manutenção do ajuste mais gradual da política monetária americana.

Esse debate acaba sendo importante também para a análise de conjuntura do Brasil. Por se tratar da maior economia do mundo, ajustes na política monetária nos EUA afetam diversos mercados, principalmente quando não antecipados pelos agentes. No final de janeiro, por exemplo, a divulgação de dados

de salários acima do consenso contribuiu para um forte aumento de volatilidade nos mercados financeiros em todo o mundo.

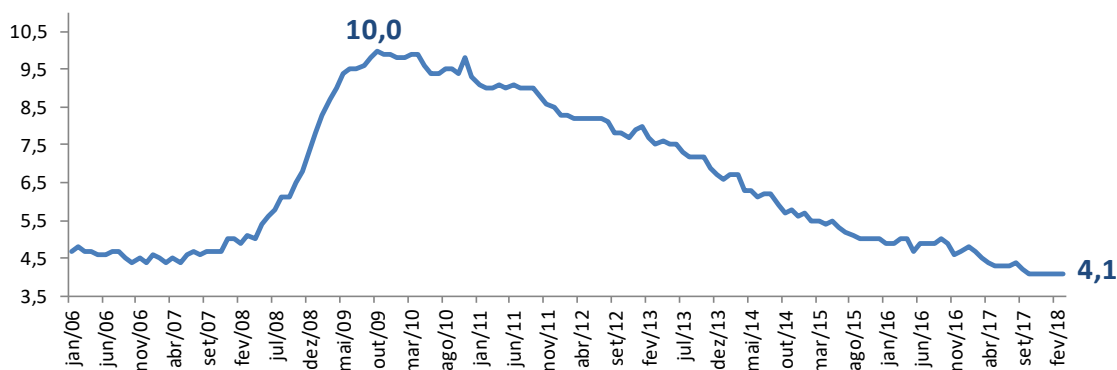
Neste artigo, busca-se apresentar elementos para iluminar o debate, dando ênfase em particular para aqueles relacionados ao mercado de trabalho.

### 1 Mercado de Trabalho

Segundo os dados referentes a março, a economia americana segue pelo sexto mês consecutivo com o desemprego em 4,1%, bem abaixo do pico de 10% alcançado durante o fim de 2009, auge da crise (Gráfico 1). A taxa também se encontra abaixo da taxa natural de desemprego, estimada em torno de 4,6% pelos membros do Fed.

A geração de vagas também vem surpreendendo para cima nos últimos meses. Embora não tenha vindo forte em março (103 mil vagas ante expectativa de 178 mil), em fevereiro, por exemplo, foram criadas mais de 300 mil vagas, número bem acima do esperado e das médias históricas recentes da variável.

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego – Economia Americana



Fonte: BLS.

Um mercado de trabalho apertado, em condições normais, deveria provocar aumento dos salários, pressionando o custo de bens e serviços e, conseqüentemente, a taxa de inflação. Com base no modelo novo-keynesiano padrão, este efeito seria captado pela curva de Phillips, por meio do coeficiente relacionado ao grau de utilização da economia.<sup>1</sup>

Entretanto, até agora, o crescimento dos salários está fraco. Em março, os salários nominais cresciam a uma taxa de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos reais, isso equivale a uma taxa bem inferior ao crescimento real da economia. A questão que se coloca, portanto, é o que estaria impedindo o aumento mais firme dos salários.

Um primeiro grupo de explicações busca olhar para medidas mais amplas do mercado de trabalho, verificando se ainda haveria algum grau de ociosidade não captado isoladamente pela taxa de desemprego.

Bunker (2017), por exemplo, argumenta nesse sentido, ao estudar a correlação de diferentes indicadores de quantidade de emprego com medidas de salários e benefícios. Em particular, foca em três variáveis: (i) taxa de desemprego, (ii) taxa de emprego *prime-age*<sup>2</sup> e (iii) rotatividade dos trabalhadores empregados. Os resultados indicavam que a taxa de emprego *prime-*

*age* era, entre elas, a mais correlacionada com o aumento de salários e benefícios, bem acima da taxa de desemprego.

Como a taxa de emprego *prime-age* indicava menor aperto do mercado de trabalho do que a taxa de desemprego, a conclusão é que ainda poderia haver um estoque potencial de trabalhadores ociosos, aptos a entrar no mercado aliviando as restrições de oferta de trabalho e ajudando a segurar os salários.<sup>3</sup>

Eppsteiner, Furman e Powell (2018), por sua vez, mostram que a taxa de emprego, ajustada pelas mudanças demográficas, teria chegado, no primeiro trimestre de 2018, aos níveis que vigoravam logo antes da crise. Isto é, mantendo as taxas de emprego por sexo e faixa etária, a taxa agregada de emprego atual de 60,3% seria equivalente aos 62,8% observados no fim de 2007.

O resultado agregado, contudo, seria resultante de comportamentos distintos entre os diferentes grupos demográficos: a taxa de emprego dos mais jovens teria caído (possivelmente refletindo mais tempo de estudo), enquanto a dos mais idosos teria se elevado (possivelmente refletindo, dentre outros motivos, o aumento na expectativa de vida).

Após realizarem outros exercícios, os autores afirmam que a análise não seria capaz de concluir definitivamente sobre a existência ou não de pleno emprego. Por um lado, o fato de a taxa de emprego dos jovens estar mais baixa poderia indicar alguma disponibilidade adicional de mão de obra. Por outro lado, o retorno da taxa de emprego agregada aos níveis pré-crise, quando a economia estava em pleno emprego, indicaria pouca folga no mercado. Além disso, a redução da taxa de emprego do *prime-age* teria sido observada em outros ciclos econômicos recentes, não sendo exatamente uma tendência facilmente reversível.

É possível notar, portanto, que existem análises que sugerem a possibilidade de haver espaço adicional no mercado de trabalho. Apesar disso, a conclusão não é tão simples quanto possa parecer. Tomemos novamente o caso específico da população entre 25 e 54 anos (*prime-age*), agora restringindo para a parcela masculina, cuja taxa de participação é a mais elevada entre todos os grupos no mercado de trabalho.

Há muitas décadas, essa taxa vem apresentando tendência de queda, mas sempre esteve acima de 90%. Recentemente, reduziu-se abaixo de 90%. As explicações são diversas, incluindo problemas relacionados ao consumo de drogas (ópio)<sup>4</sup> e a maior oferta de vagas mais adequadas ao perfil feminino (serviços de saúde e educação, por exemplo), que retiraram espaço da população masculina no mercado de trabalho. A grande questão, portanto, é saber se é possível reverter o movimento, isto é, fazer com que essas pessoas voltem para o mercado de trabalho.

O segundo conjunto de explicações para o baixo crescimento dos salários foca em questões estruturais que podem estar em jogo. Smith (2018), por exemplo, sugere três hipóteses: (i) aumento de poder dos empregadores,<sup>5</sup> (ii) redução de produtividade dos trabalhadores, relacionada a uma espécie de acomodação, dada a proximidade com o pleno emprego e (iii) alto grau de cautela das empresas após o longo período de recessão.

Outras hipóteses são encontradas na literatura, como a estabilidade do salário mínimo, crescimento das restrições à competição (como restrições contratuais que impedem que trabalhadores mudem para empregos melhores) ou mesmo globalização e automação, cujos efeitos líquidos atuariam no sentido de pressionar os salários para baixo.

Vale mencionar que Katz e Krueger (2016), ao estudar arranjos de trabalho alternativos nos Estados Unidos por meio de questionários, encontram que, de 2005 a 2015, a parcela dos trabalhadores alocados nesse tipo de emprego havia subido de 10,7% para 15,8%. Na maioria dos casos, trata-se de empregos mais precários, tanto pela instabilidade quanto pelo fato de que muitas vezes são temporários. Contudo, há também uma parcela que não é exatamente de pior qualidade, como os *freelancers*, que em sua grande maioria estavam satisfeitos com a sua posição atual.

Assim, percebe-se, a título de conclusão, que o debate ainda está aberto. Os salários podem estar crescendo pouco tanto porque o mercado de trabalho não está tão apertado quanto porque podem existir diferentes fatores estruturais atuando nesse sentido. Ademais, é possível que passem a crescer mais fortemente nos próximos meses, dependendo da evolução de seus determinantes.

## 2 Perspectivas

---

A discussão sobre o mercado de trabalho e, em particular, seu grau de utilização atual na economia americana são de suma importância para entender os próximos passos da autoridade monetária dos EUA. Neste texto, buscou-se trazer alguns elementos para balizar essa discussão.

Obviamente, existem diversas outras questões que afetam as decisões de política monetária do Fed. Por exemplo, a reforma tributária formulada pelo governo de Donald Trump é um estímulo à atividade no curto

prazo, mas que, em contrapartida, abre um enorme déficit fiscal no médio prazo. Segundo cálculos do CBO, este deverá alcançar pouco menos de 5% do PIB já em 2019.

Em todo caso, a economia americana continuará crescendo nos próximos trimestres, enquanto o Fed seguirá apertando a política monetária. A atenção continuará voltada aos preços e salários, sendo que qualquer alta mais forte poderá aumentar a volatilidade nos mercados financeiros, principalmente se não for antecipada, como o ocorrido no final de janeiro. A questão-chave, contudo, permanece identificar quando preços e salários vão de fato começar a subir com maior vigor.

## Referências

- BUNKER, N. *Just how tight is the US labor market?* Washington Center for Equitable Growth, Oct., 2017.
- EPPSTEINER, H.; FURMAN, J.; POWELL, W. *The US employment rate has returned to its pre-recession level adjusted for aging*. Peterson Institute for International Economics, April, 2018.
- KATZ, A.; KRUEGER, A. The rise and nature of alternative work arrangements in the United States, 1995-2015. *NBER Working Paper* n. 22667, Sept., 2016.
- KRUEGER, A. *Where have all the workers gone? An inquiry into the decline the U.S. labor force participation rate*. Brookings Institute, Sept., 2017.
- SMITH, N. *Everything is booming except for Americans' wages*. The Washington Post. Febr., 2018.

1 Segundo a ata da reunião do Fed de janeiro, “almost all participants who commented agreed that a Phillips curve-type of inflation framework remained useful as one of their tools for understanding inflation dynamics and informing their decisions on monetary policy”.

- 2 O conceito de *prime-age* abrange a população entre 25 e 54 anos e, como explica Bunker (2017), ajuda a eliminar potenciais vieses relacionados à análise da população mais nova e/ou mais velha, mais influenciada por fatores como estudo e aposentadoria.
- 3 Pelas estimativas de Bunker (2017), o nível de emprego *prime-age* consistente com um aumento de 3% dos salários seria 79,2%, patamar só recentemente alcançado.
- 4 Para uma análise mais detalhada sobre esse ponto, ver Krueger (2017)
- 5 Uma das razões para isso é o enfraquecimento dos sindicatos. No setor privado, a taxa de trabalhadores sindicalizados está próxima a 6,5%, bem abaixo de 30 anos atrás, quando era maior que o dobro.

(\*) Mestre em Economia pelo IPE/USP.  
(E-mail: gtinoco2002@hotmail.com).

# Relatório de Indicadores Financeiros<sup>1</sup>

NÚCLEO DE ECONOMIA FINANCEIRA DA USP – NEFIN-FEA-USP (\*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R\$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada

em ações de empresas com alta razão “valor contábil-valor de mercado” e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção “Fatores de Risco”: <[http://nefin.com.br/risk\\_factors.html](http://nefin.com.br/risk_factors.html)>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short) (02/01/2012 - 13/04/2018)

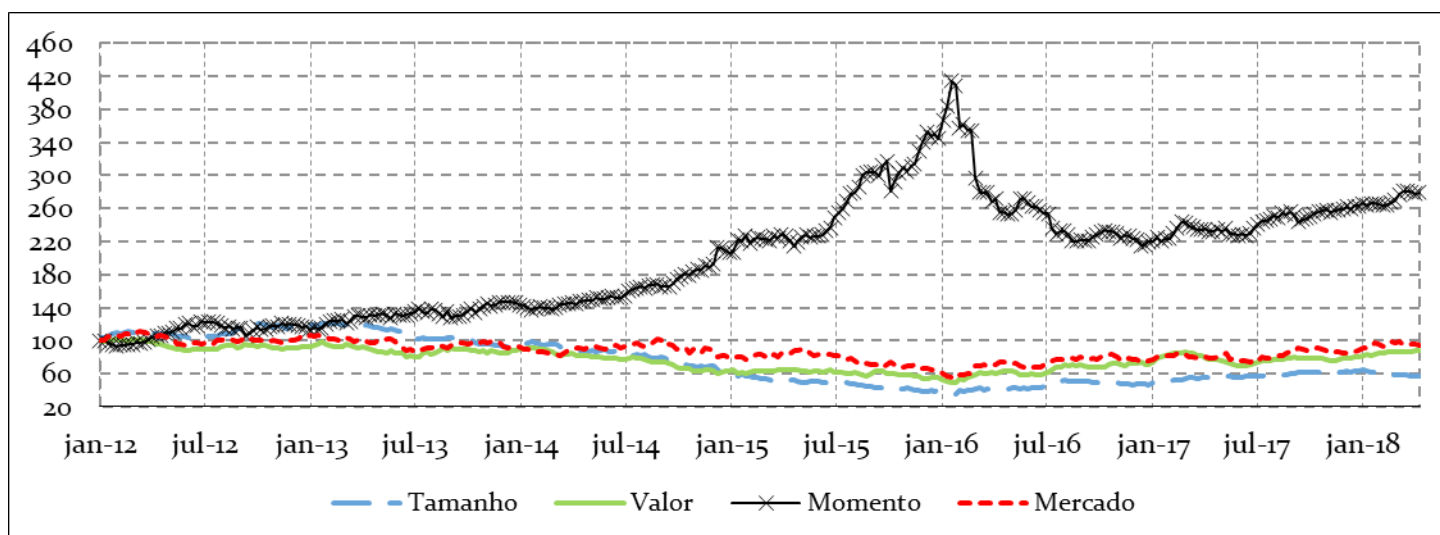


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	-0,31%	0,00%	0,56%	-1,28%
Mês atual	0,65%	1,86%	-0,50%	-2,58%
Ano atual	-8,54%	9,10%	6,03%	6,46%
2010-2018	-43,86%	-22,82%	372,04%	-24,63%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aver-

são ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 13/04/2018)

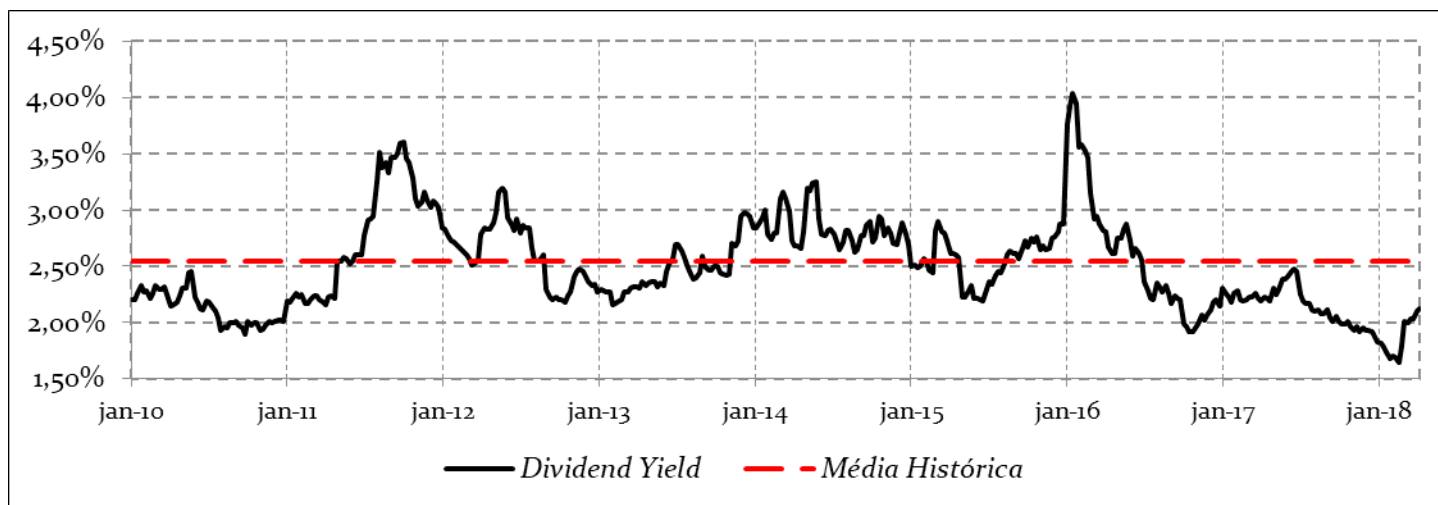


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	ANIM3	397,09	EZTC3	7,89
2.	GOAU4	375,22	BBSE3	16,19
3.	GGBR4	323,26	ITSA4	16,45
4.	SLCE3	254,79	HGTX3	17,16
5.	LAME4	242,46	ITUB4	17,38
6.	BBDC4	222,89	BRSR6	18,81
7.	CVCB3	207,85	MPLU3	20,25
8.	LINX3	205,62	GRND3	21,57
9.	MGLU3	190,48	VIVT4	24,03
10.	RAPT4	190,46	CPL6	25,26

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da

empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 13/04/2018)

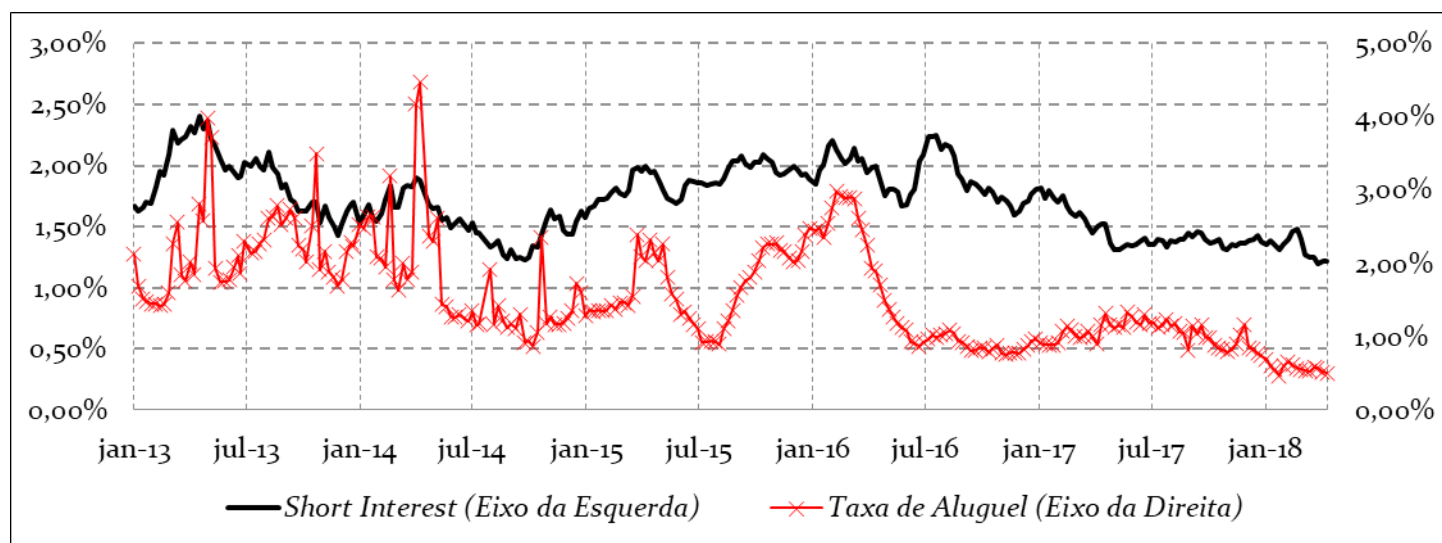


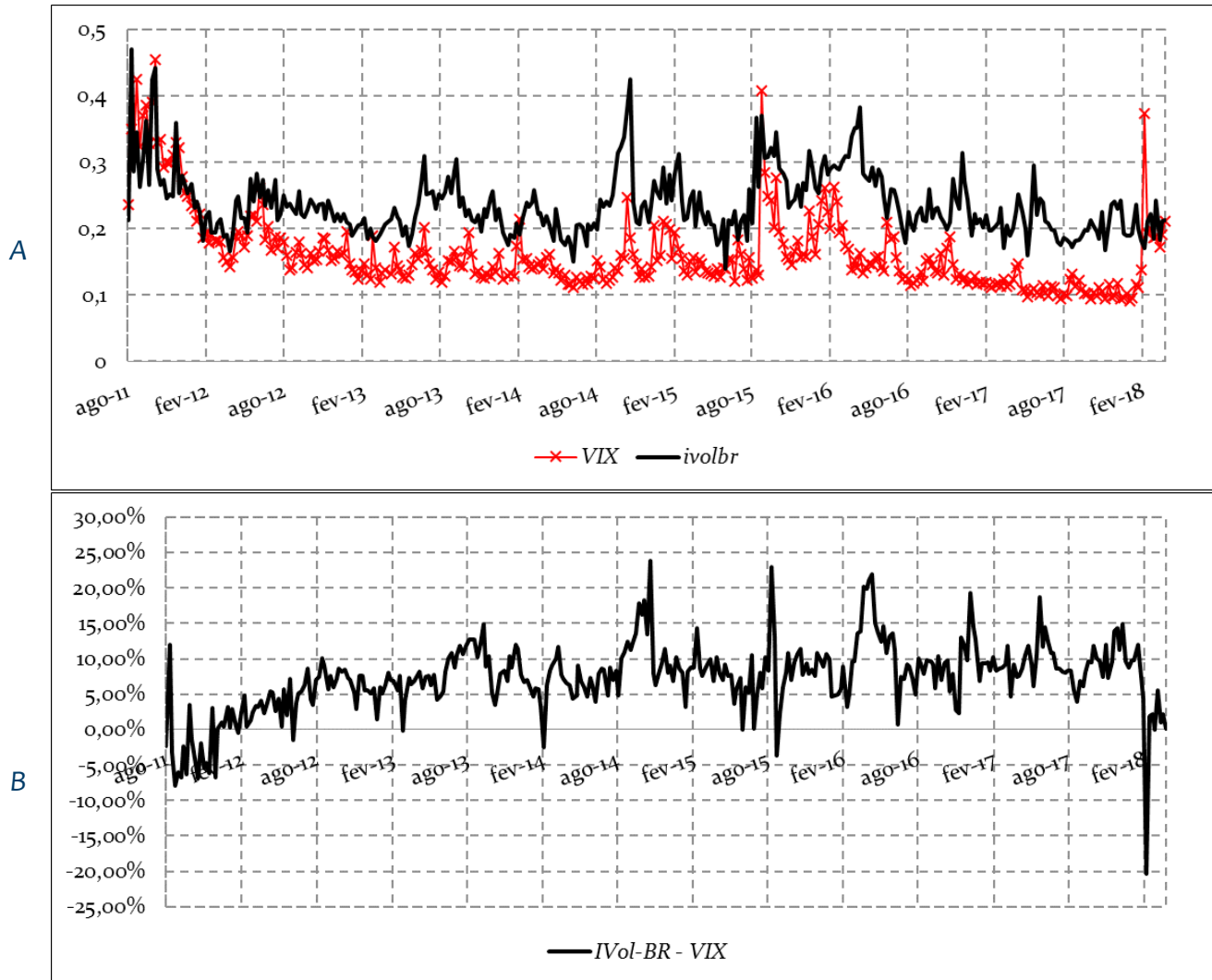
Tabela 3

Cinco Maiores da Semana				
Short interest			Taxa de Aluguel	
1.	CMIG4	7,68%	GFGA3	17,38%
2.	VLID3	7,21%	MRFG3	17,22%
3.	GFGA3	6,45%	PSSA3	15,16%
4.	CPLE6	6,11%	BGIP4	9,55%
5.	BRAP4	6,04%	GOLL4	8,80%
Variação no short interest			Variação na taxa de aluguel	
1.	ELPL3	1,33%	IDNT3	6,43%
2.	GFGA3	1,12%	MRFG3	5,93%
3.	PDGR3	0,81%	GOLL4	5,57%
4.	ABCB4	0,62%	BGIP4	4,05%
5.	GOLL4	0,59%	ANIM3	2,95%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVES-PA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.

O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, apurando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “IVol-Br”: <[http://nefin.com.br/volatility\\_index.html](http://nefin.com.br/volatility_index.html)>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 30/03/2018)



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório está autorizado, desde que cite este documento como fonte.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

(\*) <<http://nefin.com.br/>>.



# pesquisa na fea – Economia



## Três Ensaios Sobre Economia Internacional

MIRELA VIRGINIA PERRELLA SCARABEL

### Resumo

O presente trabalho teve por objetivo avaliar aspectos relevantes da economia internacional. O primeiro ensaio desta tese visou avaliar pela primeira vez (até onde se tem conhecimento) se o recente desenvolvimento do mercado de Credit Default Swaps - CDS alterou os efeitos das mudanças de rating sobre o mercado financeiro. Como o CDS é um derivativo que tem como objetivo refletir a qualidade do crédito do ativo avaliado e esta mensuração é feita através do mercado e de forma contínua no tempo, este instrumento poderia reduzir a relevância dos ratings atribuídos pelas agências, uma vez que estes últimos também avaliam a qualidade do crédito, mas sua atuação é discreta no tempo. Foi empregada a metodologia de estudo de evento a uma base de dados diária de CDS, bolsa e taxas de câmbio para 37 países. Em resumo, foram encontradas evidências de que o impacto das mudanças de ratings sobre os ativos financeiros sofreu moderação nos últimos dez anos e que o papel do CDS pode estar por trás desta redução. Além disso, foram encontrados resultados que mostram que o mercado de CDS é o que mais reage a reclassificações de risco. O principal objetivo dos ensaios seguintes é trazer luz ao debate das fontes de competitividade no comércio internacional. Neste sentido, o segundo ensaio trata do papel do custo fixo de entrada para a exportação sobre a competitividade internacional no nível da firma. Foi estimado o custo médio de entrada para a exportação utilizando o banco de dados do World Bank Enterprise Survey do Banco Mundial, que conta com informações de mais de 70 mil firmas de diversos setores de atividade distribuídas em mais de 120 países em desenvolvimento. A pesquisadora se apoiou no modelo e na metodologia desenvolvidos na publicação da *Econometrica* de Das, Roberts e Tybout (2007) e conclui que, em média, uma firma paga 3,2 milhões de dólares para começar a exportar. Além disso, encontrou que o custo fixo de entrada

para exportação varia entre os países e isso ajuda a explicar por que firmas semelhantes com produtividade parecida instaladas em países diferentes têm probabilidades distintas de serem exportadoras. No terceiro ensaio desta tese, estudou-se o impacto da desoneração da folha de pagamento – implementada a partir de 2011, nas exportações e importações brasileiras – através de um painel de efeito fixo para produto, relacionando as exportações e importações em função da variável desoneração e da variável de intensidade de mão de obra na produção do bem. Os dados foram extraídos do MDIC, da PIA e a variável desoneração foi construída utilizando as diversas leis que, ao longo do tempo, foram ampliando o rol de bens desonerados. Grosso modo, controlando por intensidade de mão de obra, encontrou-se que as desonerações foram responsáveis por uma queda da quantidade importada dos bens cujos similares foram desonerados internamente, enquanto o efeito nas exportações provocou uma queda nos preços dos bens desonerados que não foi compensada por elevação na quantidade exportada, o que conjuntamente resultou em uma queda das exportações em valor.

# Economias de Aglomeração e Heterogeneidade de Trabalhador e Firma na Determinação de Salários no Brasil

DIANA LÚCIA GONZAGA DA SILVA

## Resumo

O objetivo desta tese é identificar a contribuição dos efeitos de aglomeração e do *sorting* espacial, associado às heterogeneidades não observadas dos trabalhadores e firmas, para a determinação dos salários individuais e dos salários locais nos arranjos populacionais do Brasil. Os dados do mercado de trabalho (RAIS-MTE) mostram que existe um diferencial espacial de salários, o qual pode ser explicado pelas distintas composições produtivas e de trabalhadores entre os locais e pelos diferenciais de custo de vida. A disponibilidade crescente de microdados longitudinais permitiu a inclusão das habilidades não observadas individuais na equação de salários. Os estudos da Economia do Trabalho mostram que as habilidades são responsáveis por uma grande parcela dos diferenciais de salários. No entanto, os estudos nacionais ainda encontram um diferencial significativo, mesmo após o controle dos componentes individuais e do custo de vida, sugerindo a existência de efeitos específicos associados à localização das firmas e dos trabalhadores. A Economia Urbana considera as economias de aglomeração como um determinante salarial relevante nos mercados de trabalho densos, particularmente a partir dos trabalhos de Glaeser e Maré (1994; 2001). Por sua vez, a maior produtividade das áreas densas pode ser atribuída à concentração de trabalhadores e firmas mais produtivos, o que ficou conhecido nessa literatura como *sorting*. Os estudos da Economia Urbana controlam somente o *sorting* dos atributos individuais não observados. Este trabalho contribui com a literatura ao considerar o *sorting* espacial dos atributos não observados das firmas e dos trabalhadores na determinação dos salários e dos efeitos de aglomeração. O estudo utiliza um modelo de decomposição salarial para lidar com múltiplos efeitos fixos no painel pareado de trabalhadores e firmas. Os efeitos puros da aglomeração (densidade) sobre os salários locais serão estimados em um modelo de dois estágios. O primeiro estágio estima uma equação salarial incluindo as características observadas dos trabalhadores e do emprego e os efeitos de localização, com um painel de microdados da RAIS (2002-2014). O segundo estágio realiza a decomposição dos efeitos de localização em componentes associados às características locais dos arranjos e aos atributos não observados das firmas e dos trabalhadores. A estratégia de identificação propõe o controle dos efeitos fixos dos trabalhadores e firmas e o uso de variável instrumental para identificar os efeitos da aglomeração. Ademais, os dados de satélite sobre a luminosidade noturna são usados para estimar a proporção da área total dos arranjos habitada, a qual é utilizada para calcular a densidade. Os resultados mostraram que os efeitos do trabalhador foram mais relevantes do que os efeitos da firma para explicar a variação dos salários individuais e locais. O modelo principal, que utiliza o instrumento Bartik e a área iluminada, encontrou um efeito da densidade sobre os salários locais de 4,9%, o qual é superior ao lower bound da literatura prévia (3%). Os resultados sugerem que ignorar as limitações indicadas neste estudo pode levar a uma subestimação nas estimativas dos efeitos da densidade.

# Os Efeitos da Regulação e Competição no Mercado Imobiliário a Partir de um Modelo Estrutural

---

RÔMULLO CARVALHO DA SILVA

## Resumo

---

A atividade imobiliária é particularmente influenciada pela regulação do uso da terra. Ao agir como “custos burocráticos” ou explicitamente por meio de pagamentos compensatórios, essas regras normalmente aumentam os custos de construção ao reduzir a oferta e aumentar a demanda de novas residências, o que leva a preços mais altos. Este é o primeiro estudo a modelar o processo de decisão de oferta de residências usando uma abordagem de teoria dos jogos. Para mostrar os efeitos da regulação e da competição nesse setor, empregamos um modelo de entrada estático que incorpora os fatores de demanda, custo e estratégicos comuns a essa atividade. Construímos uma base de dados única para a cidade de São Paulo, Brasil, com informações sobre o universo de novos empreendimentos residenciais na cidade, juntamente com um histórico de todas as licenças e alvarás requeridos pelas incorporadoras à Prefeitura para cada projeto. Nossos resultados mostram que a regulação tem um papel-chave na atividade imobiliária. Para as áreas com atividade mais intensa da cidade, a burocracia no processo de aprovação de novas residências tem um custo médio anual de R\$ 47 milhões por firma entrante no mercado.

# economia & história



## Escravidão, Pesquisa e Divulgação de Resultados Acadêmicos

LUCIANA SUAREZ LOPES (\*)

Mesmo que numerosos, os estudos mais recentes desenvolvidos sobre a escravidão no âmbito da História Econômica ainda são pouco conhecidos fora do ambiente acadêmico. Tais trabalhos e seus interessantes resultados, por mais discutidos que sejam por professores e alunos de graduação e pós-graduação, raramente atingem um público mais amplo.

A não divulgação dos mencionados resultados fora da academia já seria objeto de preocupação, dado que a maior parte desses estudos contou com financiamento público, seja por meio de bolsas de estudo, seja por meio da própria manutenção dos programas de pós-graduação nos quais foram desenvolvidos. Todavia, outra importante consequência pode ser mencionada. O

ensino de História – aquele dado nas escolas de nível fundamental e médio – também não incorpora as descobertas que o próprio Estado financia.

Atualmente, a discussão de temas como a inclusão social, o sistema de cotas, o preconceito racial e a inserção do afrodescendente na sociedade brasileira poderia, sob vários aspectos, se beneficiar de um entendimento mais profundo sobre nosso passado escravista, seu cotidiano e suas particularidades. Entender que o tripé *grande propriedade-monocultura-trabalho escravo* estabelecido por Caio Prado Júnior no início da década de 1940 não consegue explicar adequadamente as complexas dinâmicas sociais do Brasil colônia é o primeiro passo para que isso aconteça.

Ano após ano, ao ministrar a disciplina inicial de Formação Econômica e Social do Brasil para as turmas de economia da FEA, sempre pergunto aos alunos se eles já haviam tido algum contato com os temas discutidos. A resposta, apesar de positiva – afinal de contas todos concluíram adequadamente o ensino médio e foram capazes de passar no vestibular – vem carregada de considerações adicionais. Nas narrativas, fica claro que a história aprendida por eles nos ensinamentos fundamental e médio tem como base a combinação das análises de Caio Prado e Fernando Novais, com algumas pitadas de Celso Furtado, sendo tudo apresentado de forma combinada, sem que se faça a adequada diferenciação do que defende cada autor, numa narrativa amorfa que repete há décadas

a mesma tradicional versão acerca de nossa formação. E mais, não se nota nenhum avanço no sentido de incorporar resultados de pesquisas mais recentes.

É claro que existem exceções, mas nesses casos fica evidente que tais discussões não aconteceram por conta da adoção de livros ou apostilas mais atuais e com conteúdos atualizados, mas sim por conta de uma ação individual de professores de história mais bem preparados, que foram além do que o material didático oferecia.

Como resultado, temos gerações e gerações de indivíduos aos quais não se apresentou nada de novo. A História tem para eles um cheiro de mofo, de coisa que não anda, embolorada e sonolenta. Tais impressões não poderiam estar mais incorretas.

Hoje se sabe que as dinâmicas de nosso período colonial e imperial são muito mais complexas do que os autores tradicionais supunham. Não estou aqui defendendo o abandono dos trabalhos clássicos, mas sim propondo que esses passem a constituir o ponto de partida, a base sobre a qual o diálogo com os novos estudos aconteça.

Hoje também se sabe que a economia açucareira nordestina não era tão lucrativa como afirmava Furtado; que os grandes plantéis de cativos, apesar de existentes, não eram a regra da propriedade

cativa no Brasil; que os escravos tiveram reais possibilidades de ascensão econômica e social no período da mineração; que um grande número de forros – escravos que tinham comprado ou ganhado sua própria liberdade – tornavam-se eles próprios proprietários de escravos e que dentre estes, havia um número significativo de mulheres forras proprietárias de escravos; que a família escrava existia e era constituída muitas vezes respeitando os sacramentos eclesiásticos, sendo reconhecida tanto por proprietários como pelo próprio Estado; e que, em muitas ocasiões, solicitações e demandas de escravos foram defendidas por advogados, sendo várias atendidas pelo sistema judiciário. Para cada um desses resultados existem dezenas de estudos, na maioria das vezes elaborados tendo como base fontes primárias de pesquisa, documentos que deixaram registradas situações nas quais fica evidente que aquela versão em branco e preto de nossa história está mais do que ultrapassada.

Nesse sentido, um projeto de Cultura e Extensão Universitária em elaboração no âmbito do HERMES & CLIO – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica do Departamento de Economia da FEA propõe que uma série de temas como os anteriormente mencionados sejam apresentados na forma de palestras, bate-papos, ou seminários, para um público mais amplo, não vinculado diretamente

às universidades ou instituições de ensino superior. O formato da apresentação seria definido pelo público. Em ONGs, talvez o formato bate-papo seja o mais produtivo; para alunos do ensino médio, talvez uma palestra seguida de debate; professores de História, um seminário com indicação de leituras prévias.

Seria uma forma de devolver para a sociedade um conhecimento que ela própria ajudou a produzir, uma forma de fazer chegar a uma população diversa e muitas vezes carente a discussão de temas tão importantes, pois o entendimento da sociedade atual não pode – e não deve – desconsiderar seu passado histórico.

*(\*) Professora Doutora do Departamento de Economia da FEA/USP.  
(E-mail: lslopes@usp.br).*